

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pamela Camarano Ferraz Dos Santos

**O Feminismo Na Segurança Internacional: O Conflito Palestino-Israelense Sob A  
Lente Da Mulher Palestina**

São Paulo  
2021

Pamela Camarano Ferraz dos Santos

**O Feminismo Na Segurança Internacional: O Conflito Palestino-Israelense Sob a Lente da Mulher Palestina**

Monografia apresentada à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de especialista em Política e Relações Internacionais sob a orientação da professora Dra. Suhayla Khalil Viana de Castro.

São Paulo

2021

Pamela Camarano Ferraz dos Santos

O Feminismo Na Segurança Internacional: O Conflito Palestino Israelense Sob as Lentes da Mulher Palestina

Monografia apresentada à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de especialista em Política e Relações Internacionais sob a orientação da professora Dra. Suhayla Khalil Viana de Castro.

Data de aprovação:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Suhayla Khalil Viana de Castro

Faculdade Escola de Sociologia e Política do Estado de São Paulo

---

Prof. Dr. Rodrigo Gallo

Faculdade Escola de Sociologia e Política do Estado de São Paulo

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe e minha irmã, sem as quais eu nunca teria entendido a importância de abraçar a educação como elemento salvador, pois foram meus maiores exemplos de que o sucesso é muito mais sobre se encontrar nesse mundo e fazer algo significativo nele e para ele.

Agradeço todos os dias por ter tido a presença do meu companheiro José ao meu lado durante toda a construção desse trabalho, não só me motivando, mas me ajudando a manter meus pés no chão e não desistir mesmo quando esteve tão difícil.

Agradeço à minha orientadora Prof. Suhayla que ao longo de um ano me auxiliou e me norteou da melhor forma possível para alcançar o resultado final deste trabalho, além de muitos incentivos para continuar a produzir e estudar.

Por fim, ao meu terapeuta Guilherme por me ajudar a construir minha rotina de estudos e não deixar que eu perdesse o rumo para completar esse desafio. Uma mente sã é a principal aliada para alcançarmos as metas que colocamos e abraçar cada dificuldade que surja no caminho como um aprendizado.

*“A guerra ‘feminina’ tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana.”*

(ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12)

## RESUMO

A presente monografia discute a atuação da mulher palestina nos conflitos que envolvem a Palestina e Israel e também os efeitos que o confronto incide sobre ela, principalmente a partir do Mandato Britânico na região. Após a Guerra Fria, dá-se início ao terceiro debate das Relações Internacionais, carregado de questionamentos sobre questões como identidade, igualdade e justiça, refutando a ideia de um conhecimento universal corroborado pelas escolas tradicionais. Nesse contexto, o gênero passa a ser considerado como importante viés de análise, inclusive em setores majoritariamente masculinos como o da Segurança Internacional. Diferentes autores que incorporam a lente feminista em seus estudos apontam a coexistência das relações de poder, tanto nos conflitos internacionais como também na forma de estudá-los. Concepções como a de que a mulher está sempre em posição de vítima que precisa ser protegida não cabem nesse quadro. Acima de tudo, essa nova lente busca transcender a visão dos impactos desses conflitos para além do Estado, focalizando sua relação direta com o âmbito doméstico. Aplicando tal perspectiva teórica, o presente trabalho argumenta que, para entender a atuação das mulheres palestinas nos conflitos da região, é necessário compreender mais profundamente sua identidade, costumes e como as violências que as permeiam em seu âmbito individual, doméstico e estatal estão correlacionadas e não podem ser desvinculadas para atingir-se um contexto de paz. Essas mulheres vêm se organizando há muitas décadas em movimentos que progressivamente evoluíram de comitês assistencialistas a nacionalismos e, por fim, deram origem aos diferentes feminismos palestinos, rompendo com as assim chamadas hipóteses ocidentais da mulher palestina exclusivamente subordinada e oprimida.

Palavras-chave: Palestina; Segurança Internacional; feminismo não ocidental; mulheres e paz.

## **ABSTRACT**

The present monograph discusses the role of Palestinian women in the conflicts involving Palestine and Israel and the effects that the confrontation has on them, especially since the British Mandate in the region. After the Cold War, the third debate of International Relations began, full of questions about issues such as identity, equality and justice, refuting the idea of a universal knowledge supported by traditional schools. In this context, gender begins to be considered as an important bias of analysis, including in sectors that are overwhelmingly male, such as International Security. Different authors who incorporate a feminist lens in their studies point to the coexistence of power relations, both in international conflicts and in the way of studying them. Conceptions such as that women are always in the position of victims who need to be protected do not fit into this framework. Above all, this new lens seeks to transcend the view of the impacts of these conflicts beyond the state, focusing on their direct relationship with the domestic sphere. Applying this theoretical perspective, this paper argues that in order to understand the role of Palestinian women in the region's conflicts, it is necessary to understand more deeply their identity, customs, and how the violence that permeates their individual, domestic, and state spheres are correlated and cannot be disconnected in order to achieve a context of peace. These women have been organizing for many decades in movements that progressively evolved from welfare committees to nationalisms and finally gave rise to the different Palestinian feminisms, breaking with the so-called Western assumptions of the exclusively subordinated and oppressed Palestinian woman.

Keywords: Palestine; International Security; non-Western feminism; women and peace.

## LISTA DE SIGLAS

ANP	Autoridade Nacional Palestina
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GUPW	União Geral das Mulheres Palestinas
HRW	Human Rights Watch
MNLP	Movimento Nacional para a Libertação da Palestina
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLP	Organização pela Libertação Palestina
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCBS	Palestinian Central Bureau of Statistics
PWA	Associação das Mulheres Palestinas
RI	Relações Internacionais
TPI	Estatuto do Tribunal Penal Internacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNRWA	Agência de Assistência e Obras das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina
URSS	União Soviética
WWC	Women's Work Committee



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 O FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....</b>	<b>12</b>
1.1 O gênero dentro das teorias das Relações Internacionais.....	12
1.2 Teoria feminista dentro dos estudos de segurança internacional .....	18
1.3 Feminismo não ocidental .....	25
<b>2 CONTEXTUALIZANDO O CONFLITO PALESTINO-ISRAELENSE.....</b>	<b>30</b>
2.1 Linha do tempo: a colonização e a Segunda Guerra .....	30
2.2 O pós-guerra, <i>al Nakba</i> e criação do Estado de Israel.....	32
2.3 As intifadas e o Acordo de Oslo.....	35
2.4 A atualidade do conflito e suas repercussões na visão dos direitos humanos.	38
<b>3 A MULHER PALESTINA .....</b>	<b>48</b>
3.1 Cultura e tradições.....	48
3.2 Os efeitos da guerra para a mulher palestina .....	55
3.3 A resistência da mulher palestina .....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>73</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda, por meio de análise e reflexão de diferentes referências bibliográficas, a atuação da mulher palestina nos conflitos que envolvem Palestina e Israel. Como pano de fundo do trabalho, procura-se compreender como o feminismo se manifesta nos estudos da Segurança Internacional. A aplicação dessas observações é utilizada para responder às seguintes questões: como vem sendo percebido o conflito palestino-israelense pelo olhar da mulher palestina ao longo das últimas décadas? Que papel vêm desempenhando essas mulheres? E, por fim, qual a importância e o impacto dessa atuação para o cenário geral do conflito?

Parte-se do princípio de que é necessário não somente desfazer-se do olhar masculinizado que se faz tão presente nos estudos acadêmicos das Relações Internacionais (RI) e discursos de segurança, como também do olhar “ocidental”, que generaliza e homogeniza as sociedades dos países periféricos e suas respectivas mulheres.

O embasamento teórico escolhido foi de autores majoritariamente do gênero feminino para discutir os conceitos que permeiam a lente feminista das Relações Internacionais e dos estudos de Segurança Internacional. Para o aprofundamento no caso palestino, foram escolhidos autores e autoras que, em sua maioria, se norteiam pela teoria pós-modernista e investigação da expansão neocolonialista.

De modo a atender a responder às perguntas propostas, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro deles analisa como o gênero passou a se fazer presente nas teorias das Relações Internacionais a partir do terceiro debate instaurado na década de 1980, alavancado pela ascensão dos movimentos feministas na Europa e o surgimento da teoria crítica e discursos pós-positivistas. Discute-se como a lente feminista nas RI vincula diretamente o âmbito estatal ao doméstico, tornando essencial a problematização das relações de poder pautadas no gênero, que estão enraizadas nas instituições e na sociedade e seus costumes. Em seguida, essa seção irá destacar como esses estudos influenciam diretamente a maneira como se percebem as questões de segurança internacional, vinculando diretamente ao âmbito da guerra questões como violência de gênero e desemprego entre as mulheres. Por fim, o capítulo discute como se pode transformar a visão assim chamada ocidental

das questões que envolvem países periféricos, em especial as que concernem ao gênero.

No segundo capítulo, faremos um percurso histórico indicando como se iniciou o conflito entre Palestina e Israel, quais foram as motivações de cada parte e como isso se desdobrou no cenário da atualidade. O grande impacto da criação do Estado de Israel em 1948 foi apenas o início de uma série de conflitos na região, que resultaram, em grande parte, na expulsão da população palestina de suas terras, transformando muitos em refugiados. A maioria dos conflitos ocasionaram vitórias para a população israelense, enfraquecendo política e economicamente a Palestina e tornando mais distante seu desejo de criação de um Estado e recuperação da formatação do território antes da Resolução 181 da ONU.

O estudo finaliza com uma análise profunda da história, vivência e cultura das mulheres palestinas, entendendo como seu comportamento foi repetidas vezes moldado pelas mudanças históricas causadas pela ocupação israelense e ambiente de guerra. Essas mulheres se organizaram entre si para construção de redes de apoio e, posteriormente, movimentos de luta nacionalista que viriam a dar origem aos diferentes feminismos presentes na Palestina.

## **1 O FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

### **1.1 O GÊNERO DENTRO DAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O primeiro grande debate das teorias das Relações Internacionais se consolidou no século XX, após a Primeira Guerra Mundial. Impactado pela grande destruição causada pelo conflito, o sistema internacional estava consumido pelo liberalismo utópico e os estudiosos se voltavam para a busca de meios por onde fosse possível evitar a recorrência da guerra. Naquele momento o foco principal era a criação de leis internacionais e o desenvolvimento da segurança coletiva. Acreditava-se que quanto mais os Estados se relacionassem entre si e aprofundassem suas relações econômicas, mais longe eles ficariam da guerra.

Em 1918 o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, defensor das ideias liberais, propôs os Quatorze Pontos de Wilson, com um plano para o alcance da paz mundial. O objetivo era transformar o mundo em um sistema baseado na razão e direito internacional.

A ocorrência da Segunda Guerra causou um sentimento de insatisfação e concepção de ineficiência com relação às formas em que estavam sendo trabalhadas as questões de segurança nacional e global. A conseqüente desilusão com o idealismo desperta um sentimento positivista e objetivista para com as Relações Internacionais, cujas teorias voltar-se-ão não mais para a dizimação da guerra e sim criar meios pelos quais os Estados se mantenham seguros, partindo do ponto da autoajuda e independência. Esse novo momento dentro da área acadêmica internacionalista se estabelecerá como o segundo grande debate levantado por autores como George Kennan e Henry Kissinger, que se voltam para a literatura de filósofos como Hobbes, Tucídides e Maquiavel.

A leitura realista das Relações Internacionais reivindica que o conflito é inevitável, visto a natureza dominante dos Estados, que estão em constante competição pelo poder como estratégia de autopreservação (TICKNER, 1992). A melhor forma de se proteger, portanto, será estar sempre preparado para um possível combate. O estabelecimento da identidade dos Estados se dá por meio do isolamento e manutenção das diferenças em relação ao outro, criando fronteiras entre si (MONTE, 2013).

“Neste mundo ‘anárquico’, os realistas prescrevem a acumulação de poder e força militar para assegurar a sobrevivência do Estado, a proteção de um espaço ‘doméstico’ ordenado e a busca de interesses nacionais legítimos além das fronteiras territoriais”. (TICKNER, 1992, p. 12, tradução nossa)

Na década de sessenta inicia-se um movimento de crítica à falta de rigor científico do realismo e sua imprecisão. Como resposta, surge a abordagem neorrealista, que utiliza de modelos da economia, biologia e física, por meio dos quais afirma ter explicações universais para o comportamento dos Estados no sistema internacional (TICKNER, 1992).

As teorias tradicionais enraizaram a ideia de direta associação do que é humano com o que é socialmente construído como masculino, dando origem ao conceito de masculinidade hegemônica, que é projetada nos Estados. A política internacional no sistema de Estado moderno sempre esteve de alguma forma associada ao gênero. Mais adiante neste estudo será analisado como essas características delineiam comportamentos das nações e suas decisões políticas no cenário internacional.

A Guerra Fria traz consigo diversas mudanças na ordem mundial, desde a forma como ela passa a ser analisada pela sociedade até suas interações. O movimento construtivista abre o caminho entre as teorias clássicas, direcionadas somente pelos conceitos de guerra e paz, para aquelas que passarão a analisar outros aspectos das relações internacionais, em uma mirada pós-positivista e voltada para a dimensão social dos fenômenos da política internacional e que visava o amplo entendimento das normas e instituições. Passa-se a falar sobre interdependência econômica e surgimento de atores não-estatais no sistema internacional.

A crise dos mísseis e a Guerra do Vietnã levam críticos das teorias realistas a apontarem como o mundo é muito mais complexo do que as leituras clássicas poderiam abarcar. As prescrições realistas de “autoajuda” se mostram ineficientes em um mundo com uma desigualdade social e econômica tão grande.

A partir da década de oitenta se estabelece o terceiro debate<sup>1</sup> das Relações Internacionais, quando teóricos se voltam para questões como identidade, interesse

---

<sup>1</sup> Também denominado Quarto Debate, quando reconhecida a ocorrência do “Debate inter-paradigmático” ocorrido na década de setenta. Alguns estudos desconsideram esse movimento dentro dos Grandes Debates das Relações Internacionais por não representar um momento de transição dentro da área. Ver: WEAVER, Ole. The rise and all of the Inter-paradigm debate. In: BOOTH, Ken;

e experiência na política mundial (SANTOS, 2015). Segundo Tickner, nesse momento passa-se a questionar a construção do conhecimento, pois este “é construído socialmente e está fundamentado no tempo, lugar e contexto social do investigador” (TICKNER, 1992, p. 17, tradução nossa). A ideia de conhecimento e verdades universais propostas pelas escolas tradicionais é questionada dentro das teorias pós-positivistas, em especial na teoria crítica.

Escolas influenciadas pela tradição marxista passam a enfatizar questões de igualdade e justiça ao invés de ordem e controle. Os estudos se voltam para a economia mundial, vista como um sistema que estava programado para um perpetuamento da desigualdade de desenvolvimento entre as nações, criando relações de dependência entre as periferias e os Estados centrais. (TICKNER, 1992)

Assume-se um estudo epistemológico nas escolas das Relações Internacionais, onde se passa a questionar “o quê” e “como” se estuda a política internacional (TICKNER, 2001 apud SOUZA, 2014). Postulam-se futuros alternativos, com promessas de igualdade e justiça, e a forma como esses poderiam ser alcançados.

Sem embargo, a maioria das teorias pós-positivistas ainda não consideram em seus debates a questão do gênero ou lhe dão pouca relevância, significância e/ou destaque. A área das RI é uma das últimas a ter o questionamento feminista inserido, pois já é tão fortemente e enraizadamente masculinizada que a hierarquia de gênero presente nela está escondida (TICKNER, 1992). Para Costa, “essa dificuldade reflete a rigidez das fronteiras disciplinares que, embora problematizadas nos estudos pós-positivistas, continuam a moldar os limites para pensar o que é internacionalmente relevante” (COSTA, 2008, p. 20).

O debate feminista dentro do estudo das RI surge para abraçar essa necessidade não atendida pelas demais teorias, norteando-se pela mudança do viés de análise das questões da política internacional e também um questionamento de suas estruturas patriarcais.

“Abordagens que usam o gênero como categoria de análise no estudo das relações internacionais procuram, nas instituições e normas do sistema internacional, explicações para a assimetria nas relações entre os gêneros e

instâncias de constituição de identidades de homens e mulheres. [...] Não apenas de superação da opressão feminina, mas também de construção de uma ordem internacional mais justa, na qual hierarquias, de gênero, classe ou raça, não estejam presentes”. (MONTE, 2013)

Monte (2013) expõe as diferentes formas em que o gênero pode ser aplicado no estudo das Relações Internacionais. A primeira delas é por meio da análise da posição das mulheres, ou seja, contestar a sub-inclusão e invisibilização de mulheres nas teorias tradicionais. Nos anos oitenta se dá a ascensão dos movimentos sociais feministas, que demandam igualdade salarial e mais oportunidades no mercado de trabalho. O feminismo nessa época se baseia em princípios tradicionais do liberalismo político como a luta pela igualdade de direitos civis e oportunidades (TICKNER, 2001 apud SOUZA, 2014). Conseqüentemente, esse primeiro encontro das leituras feministas dentro das RI será mais voltado para os aspectos da economia internacional.

A outra leitura que surge posteriormente é por meio do “poder do gênero”, sendo esse entendido como um sistema de símbolos que fixa significados, classifica e diferencia indivíduos e guia ações. Nesta visão, as análises estarão aliadas mais intrinsecamente ao construtivismo, teoria crítica e pós-estruturalismo (SOUZA, 2014). Esta última se aproxima das teorias contemporâneas que se colocam como reação ao feminismo liberal - entende-se que há muitas questões econômicas, sociais e culturais que não podem ser resolvidas apenas com direitos iguais.

A teoria feminista adentra as raízes da política internacional, extraíndo sua dicotomização do masculino e feminino dentro das instituições e sua influência nas atividades e interpretações sociais. A partir desse momento, passa-se a ir mais além da busca da inserção das mulheres nos espaços de política internacional, para entender a raiz dessa desigualdade. Os estudos feministas voltar-se-ão para a construção social e política das representações de gênero, apontando a ausência das mulheres nesses espaços apenas como um sintoma de algo muito maior, que não pode ser abarcado dentro das teorias tradicionais.

“Sendo assim, parte significativa da corrente feminista da disciplina se distancia da suposição feminista liberal clássica – preocupada em resolver desigualdades de gênero através de medidas exclusivamente políticas, e, ou, legais – para refletir sobre como o não lugar das mulheres se associa a um imaginário político de gênero social e historicamente construído: o masculino como forte, poderoso, autônomo e racional; o feminino como fraco, ingênuo, incapaz e até mesmo ‘antipatriótico’” (TICKNER, 1992, p. 3, tradução nossa).

A normalização de questões de hierarquia de gênero, classe e raça são processos políticos que são impactados, entre outros aspectos, pelas concepções sobre masculinidade e feminilidade, sendo estas social e culturalmente construídas e moldadas. Para Enloe (2012), isso é o que “faz o mundo girar”. Uma história escrita majoritariamente por homens construiu o pensamento de que mulheres devem se sentir protegidas e agradecidas pela proteção que recebem, enquanto homens devem ver o mundo como perigoso e se colocarem no papel de protetores, racionais e estratégicos. Segundo a autora, é a partir desse pressuposto, tão enraizado principalmente em questões militares, que surge o patriarcado, que será institucionalizado por meio de estruturas econômicas, legais, sociais e culturais.

“Curiosamente, todas essas características se alinham com alguns conceitos centrais para a explicação do comportamento estatal das abordagens positivistas: o conflito como resultado da busca auto-interessada por segurança, o equilíbrio de poder como resultado da competição entre Estados, a definição de anarquia como a característica central do sistema baseado na soberania (autonomia dos Estados em relação a uma autoridade central).” (MONTE, 2013, p.71)

Ann Tickner e Cynthia Enloe são duas precursoras da inserção do pensamento feminista nas Relações Internacionais. Monte (2013) utiliza argumentos dessas autoras para demonstrar como o modelo ocidental de masculinidade, centrado na agressividade e competitividade, presente na base das instituições, orienta o comportamento de seus líderes, mesmo quando esses são do gênero feminino, pois há uma pressão para que as mulheres se adaptem às demandas do contexto da alta política.

É também devido a isso que não podemos considerar a inserção de mulheres nos espaços de política internacional como o cerne da questão, pois não necessariamente isso apontará para mudanças estruturais ou automática aplicação de ações voltadas para mulheres, haja vista casos como o de Margaret Thatcher, ex-primeira ministra do Reino Unido. Características associadas à masculinidade (nas palavras de Tickner (1992) - dureza, coragem, poder, independência e até força física) são valorizadas para conduzir políticas, em especial políticas internacionais. Adicionalmente, violência e uso da força são valorizadas especialmente quando se fala de defesa.

Por outro lado, muitas mulheres que conseguem alcançar altos cargos executivos, ainda são minimizadas e têm seus discursos invisibilizados no meio



político. Jeane Kirkpatrick, embaixadora das Nações Unidas em 1981, ao deixar seu cargo se queixou que não tinha recebido respeito devido ao seu sexo, suas opiniões não eram escutadas e que sentia que havia falhado em ter qualquer efeito no curso das políticas internacionais americanas (TICKNER, 1992).

O feminismo dentro das RI assume um forte papel no sentido de desafiar algumas ideias ou fatos naturalizados dentro das teorias tradicionais e questionamento sobre aqueles que os proclamam (WHITWORTH, 1994 apud SOUZA, 2014).

Inserir-se a mulher dentro do espectro teórico e prático, pois sua participação vem sendo negligenciada nas demais teorias, causando assim uma manutenção dos privilégios que sustentam desigualdades sistêmicas e ausência da construção de ideias alternativas para essa estrutura. Para Enloe (2012), é preciso trabalhar com o silêncio, pois é ele que mantém a estrutura do sistema político internacional. O silenciamento das mulheres nas questões de política e segurança é parte das ferramentas para manutenção da hierarquia de gênero, raça e classe, aspectos impactados pelas pré-concepções de masculinidade e feminilidade presentes no meio das Relações Internacionais.

“A abordagem do feminismo dentro das Relações Internacionais constitui um aparato teórico dentro das ciências humanas como um todo designada pela ‘integração inovadora entre consciência intelectual analítica de uma categoria empírica – a mulher – com a consecução de uma longa jornada de atividade política, que visava se referir a uma declarada necessidade de transformar intensamente a concepção do papel histórico desse objeto e sujeito de estudos’” (COSTA, 2009, p. 207 apud SANTOS, 2015, p. 172).

Mais além, as leituras feministas das RI dão luz aos efeitos das políticas tradicionais na vida das mulheres, seja em aspectos econômicos, políticos ou de segurança, assim como será abordado neste estudo. Demonstram como os papéis de gênero e suas representações são usados como táticas estratégicas dentro da ordem mundial. O sistema se acomoda e se mantém dentro dessa opressão patriarcal e por isso o tema vem sendo invisibilizado ao longo dos séculos. As representações de gênero são construções sociais e políticas.

“Tornar visíveis as experiências das mulheres nos permite ver como as relações de gênero contribuíram para a forma como o campo das relações internacionais é convencionalmente construído e reexaminar os limites tradicionais do campo. Chamar a atenção para as hierarquias de gênero que privilegiam o conhecimento e as experiências dos homens nos permite ver que foram essas experiências que formaram a base da maior parte de nosso

conhecimento sobre política internacional. ” (TICKNER, 1992, p. 5, tradução nossa)

A abordagem feminista das relações internacionais, assim como o feminismo em si, tem várias ramificações de acordo com os meios de estudo e também da visão com relação à raiz da violência gerada pela hierarquia e opressão de gênero. Para Bassanetti (2014), isso pode ser um ponto de fragilidade da teoria em si, ainda que essas teorias conversem entre si no objetivo principal de inserir o discurso feminino no meio político internacional e no campo da segurança. Entre os exemplos podemos citar o feminismo liberal, a corrente crítica feminista, o construtivismo feminista, feminismo pós-moderno e feminismo pós-colonial, sendo que este último terá muito espaço mais adiante neste estudo, quando nos aprofundemos na realidade da mulher palestina. Seguindo esta abordagem, a emancipação de gênero é inseparável da libertação Palestina em si, já que os estudos desse ramo tratam da luta contra a opressão machista e a colonização simultaneamente (MISLEH, 2019).

## 1.2 TEORIA FEMINISTA DENTRO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Se solicitada uma imagem para ilustrar o conceito de termos como “guerra” ou “militar” é comum que o resultado venha em forma de figuras masculinas. Esse encaminhamento mental ocorre pelo estereótipo de gênero enraizado no imaginário coletivo e presente em mídias, livros e fala. Essa construção é presente também nos discursos teóricos sobre o tema e é base principal para a forma como aspectos de Segurança Internacional são frequentemente associados à masculinidade. Estudiosos realistas como Morgenthau, que focaram seus estudos nas questões relacionadas à guerra e paz, construíram um mundo quase inteiramente sem mulheres.

“A diferença, elaborada no nível do discurso, é traduzida em corpos concretos, física e socialmente construídos, que são percebidos a partir de alguns traços distintivos que determinam até onde eles podem ir social e politicamente (sexo, cor da pele, lugar de nascimento, acesso ao conhecimento).” (COSTA, 2008, p. 59)

Os estudos sobre as questões de Segurança Internacional surgem no pós Segunda Guerra, convergindo com a ascensão da teoria realista. Esse período está marcado pela ânsia de encontrar explicações para as causas da guerra. Os realistas centraram seus estudos nos grandes poderes e associaram a segurança a algo intrínseco ao poder militar. Dentro desta abordagem, como o sistema é anárquico, os

Estados têm que assumir as questões de segurança por conta própria, sejam quais forem os resultados. É necessária uma postura independente e autônoma por parte de cada ator internacional.

Assim como já comentado anteriormente, para os estudiosos dessa teoria o conflito é praticamente inevitável, há uma baixa probabilidade de um Estado alcançar perfeita segurança e a guerra pode acontecer a qualquer momento, portanto Estados têm que garantir sua própria proteção. A garantia da segurança se alcança através da boa preparação para a guerra, por meio da maximização do poder, principalmente militar. O equilíbrio de poder é o que poderá garantir a paz.

Waltz (1954) divide as causas da guerra em três níveis: a natureza e o comportamento humano; a organização interna dos Estados; o sistema de Estados. Para o autor, fundador da corrente de pensamento neorrealista, e alguns de seus sucessores, o comportamento dos Estados só pode ser analisado olhando para o sistema como um todo e não para cada indivíduo. O desenvolvimento das teorias das RI neste momento é baseado em leis universais que, para os estudiosos do meio, operam através do tempo e espaço.

Tickner (1992) e Enloe (2000) apontam como as abordagens tradicionais das Relações Internacionais constroem uma imagem da feminilidade e masculinidade baseada em estereótipos. A ideia principal gira em torno da existência de um protetor (figura masculina), para o qual é necessário existir um protegido (figura feminina). Essa divisão gera um binarismo de características (o forte, violento, agressivo em oposição ao calmo, pacífico, frágil) que são base para a manutenção de determinadas estruturas e hierarquias. A mulher no papel de protegida acaba por ter pouca ou nenhuma voz na decisão sobre as condições dessa proteção.

“Força, poder, autonomia, independência e racionalidade, todos tipicamente associados ao homem e à masculinidade, são características que mais valorizamos naqueles a quem confiamos a condução de nossa política externa e a defesa de nosso interesse nacional” (TICKNER, 1992, p. 8, tradução nossa).

Esses estereótipos não se associam com a realidade de uma maioria ou com uma natureza humana agressiva inerentes aos homens, e sim a uma verdade socialmente construída. De fato, esse estereótipo representa uma pequena minoria, porém pressiona o comportamento masculino para um determinado direcionamento,

principalmente quando se considera o meio militar, onde há uma imposição para que estes se provem “homens”. Além disso, esse ideal de masculinidade é utilizado para sustentar e legitimar a autoridade patriarcal social e política e também o uso da violência em defesa de outros (TICKNER, 1992).

A associação do comportamento dos Estados com as características do modelo masculino, tão intrinsecamente voltado à reação por meio da violência, é um dos aspectos que leva à glorificação da guerra (TICKNER, 1992). Essa glorificação se manifesta no processo de militarização comentado por Enloe (2000), que atinge o nível individual quando se cria a associação do conceito de cidadania ao de “defender a pátria” (em geral atribuído aos homens), adentrando as camadas culturais e cotidianas.

“Para as feministas, a cidadania bélica não é uma caracterização negativa e inevitável da natureza humana, nem uma possibilidade desejável; é uma construção revisável, de gênero, de personalidade e cidadania” (TICKNER, 1992, p. 28, tradução nossa).

Dentro da visão tradicional cabe ao homem definir, defender e avançar nos conceitos de segurança. Consequentemente, tendo essa personalidade quase automaticamente associada à violência, também se desenvolve a concepção de que essa segurança está diretamente associada à guerra. Santos, citando Costa (2009), faz uma crítica ao Estadocentrismo e à dimensão militar das concepções tradicionais. Para a autora, “a segurança do Estado também deve envolver estratégias não militares de negociação” (SANTOS, 2015, p. 4).

“Se os discursos internacionais se mostram questionadores da legitimidade da militarização como estratégia de realização política, a prática internacional continua a representar a violência como uma realidade inescapável da vida cotidiana” (COSTA, 2008, p. 65).

A primeira conferência sobre mulheres da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorrida em 1975 na Cidade do México, como um resultado do crescente debate feminista no início da década, resultou no documento da “Declaração sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz”, porém poucas ações vieram a partir dessa declaração. Infelizmente, as mudanças propostas não são mudanças estruturais, institucionais e nem afetam o sistema de hierarquia de gênero.

Após a Guerra Fria, durante o contexto de eclosão das teorias pós-positivistas, surgem as primeiras discussões sobre o que Tickner (1992) descreve como “segurança humana”. Ou seja, as questões de segurança passam a assumir uma abordagem mais subjetiva. Surgem novas visões sobre as questões de segurança nacional - mais além da segurança militar, passa-se a pensar em “segurança comum”, uma segurança global e multidimensional com faces econômicas, políticas e ecológicas, além da militar. Os três níveis de causa da guerra trazidos pela teoria realista (indivíduo, Estado e sistema internacional), na concepção feminista, devem ser analisados num mesmo nível de importância e são interdependentes.

Começa a se desenvolver e defender uma análise multidimensional e multinível (SANTOS, 2015), que deve vir de baixo para cima e valorizar experiências. Ademais, passa-se a reivindicar uma visão de violência mais além da questão física, que se limita às questões de guerra e paz (TICKNER, 1992). De maneira ainda mais profunda, a teoria feminista afirma que todas as formas de violência estão relacionadas às hierarquias de gênero de dominância e subordinação.

Um dos papéis das perspectivas feministas no meio da segurança internacional é inserir o nível doméstico nas análises da área, investigando como as esferas do público e privado, doméstico e internacional, político e econômico estão todas correlacionadas (TICKNER, 1992). É por meio desses recursos de estudo que se deve mudar a concepção de que a segurança do Estado é mais importante do que a dos indivíduos. Esse diferente viés de análise traz o questionamento sobre hierarquias que conduzem as tomadas de decisões, alianças, hostilidades e normalização de estruturas de raça, classe e gênero, mudando a ideia de que essas são imutáveis e completamente eficientes (ENLOE, 2012).

As estruturas militares, no geral, possuem uma postura pouco democrática para inserção das mulheres. As forças armadas, segundo Carreiras (2009 apud Santos, 2015), possuem caráter burocratizante, de centralização política, formal, autoritária e representante das relações dominantes de gênero, no qual se sustentam a masculinidade hegemônica. Mesmo quando elas possuem acesso a essas instituições, frequentemente assumem cargos administrativos ou são enviadas para Missões de Paz. Esse é um resultado do que Santos (2015) descreve como

“essencialismo”. Ainda assim, até 2005, apenas uma Missão de Paz havia sido comandada por uma mulher, em Uganda.

Existe uma forçosa associação das mulheres com a paz, que contribui para a construção da masculinidade idealizada. A desconstrução dessa associação pode abrir espaço para visualizarmos mulheres como ativistas pela mudança da concepção de segurança.

Assim como comentado na seção anterior, quando as mulheres assumem essas posições supostamente consideradas masculinas (cargos de poder político ou posições militares), seu comportamento e também a forma como ela é vista são ambíguos. Os homens não desejam uma mulher lutando ao seu lado e o público vê o papel da mulher de matriarca e esposa menos compatível com o cargo militar do que para um homem, como marido e pai (TICKNER, 1992).

“É bastante claro para eles que uma mulher não é inerentemente ou irreversivelmente antimilitarista ou antiautoritária. Não é uma questão de seus cromossomos ou de seu ciclo menstrual. É uma questão de processos e estruturas sociais que foram criados e sustentados ao longo das gerações - às vezes coercivamente - para manter a maioria das mulheres fora de qualquer posição política com influência sobre a força do Estado.” (ENLOE, 2000, p. 6, tradução nossa)

A autora ucraniana Svetlana Aleksíévitch reúne em sua obra “A Guerra não tem Rosto de Mulher”, primeiramente publicada em 1980, relatos de soldadas soviéticas que lutaram durante a Segunda Guerra Mundial. Seu trabalho desenvolvido ao longo de quase uma década, possui centenas de depoimentos que expõem de maneira empírica a vivência da mulher no meio militar e trouxe a evidenciação da narrativa feminina sobre a Segunda Guerra.

O ponto interessante dos depoimentos é exatamente a multiplicidade de versões e opiniões envolvidos na memória daquelas que estiveram no campo de guerra - não há um sentimento unânime, feminino. As combatentes que forneceram os relatos que compõem o livro estiveram nas mais diferentes posições: franco-atiradoras, paraquedistas, sapadoras de desminagem, tratoristas, pilotas, mecânicas, cirurgiãs, maquinistas, partisans. Algumas discorrem sobre lembranças relacionadas a amor - “acho que se eu não tivesse me apaixonado na guerra não teria sobrevivido” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 291) -, outras sobre família, amigos, a perda de sua feminilidade. Por outro lado, entretanto, também falam sobre as tensões advindas da

presença de seu gênero no ambiente da guerra, na linha de frente ou até mesmo no pós-guerra.

“Buscávamos... Não queríamos que dissessem de nós: ‘Ah, essas mulheres!’. E nos esforçávamos mais do que os homens, ainda precisávamos demonstrar que não éramos piores do que os homens. E por muito tempo tiveram uma atitude arrogante, condescendente conosco: ‘Esse bando de mulher vai lutar muito...’ - Maria Semiónovna Kaliberdá, sargento, comunicações” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 252).

No que concerne à área acadêmica, Tickner (1992) também analisa o fato de que poucas mulheres escolhem temas como segurança nacional e internacional como sua área de estudo, pois são áreas relacionadas às relações e políticas de poder. Enquanto homens se sentem confortáveis com o assunto, mulheres costumam encontrar dificuldade em se identificar com o tema.

Para entendermos a visão feminista nas questões de segurança é preciso redefinir ideias como poder, cidadania, proteção e até mesmo do que é a concepção de segurança em si. Quando se considera a segurança para as mulheres, muito mais além da questão física, deve-se considerar pontos como condições de trabalho e liberdade da ameaça constante de guerra ou desemprego causado pela instabilidade econômica (TICKNER, 1992). Reformulam-se ideias sobre objetos de estudo e o que se entende por ameaças.

Ainda que as mulheres não sejam maioria no número de óbitos durante a guerra, ainda assim sentem suas vidas ameaçadas ao sair na rua ou dentro de suas próprias casas devido à presença inerente da violência. Devido a isso, acabam por isolar-se e serem impedidas de realizar tarefas como procurar emprego, por exemplo. Por outro lado, os tempos de dificuldade econômica, frequentemente resultantes da própria guerra, aumentam o cenário de violência doméstica. Essa última, dentro da visão tradicional dos estudos de segurança, não é considerada como um assunto do Estado e não é contabilizada quando se pensa nos efeitos da guerra para os indivíduos.

“Problemas de segurança femininos eram privatizados, marginalizados ou, inclusive, silenciados, além disso, suas mortes eram contadas de modo diferente das dos homens militares” (BUZAN & HANSEN, 2012 apud SANTOS, 2015).

As mulheres se veem ameaçadas também, pois seus próprios corpos também estão muitas vezes sujeitos a serem utilizados como arma de guerra. Após a Guerra

da Bósnia (1992 - 1995), o estupro em massa foi reconhecido pela primeira vez como crime de guerra (BASSANETTI, 2014; VITO, 2009), após a violação sexual de aproximadamente trinta mil mulheres croatas e muçulmanas (BAYLIS, 2008, apud BASSANETTI, 2014). O Tribunal Penal Internacional para a ex-logoslávia foi criado para processar os crimes de guerra e proibir os tipos de estupro que estavam ocorrendo e, posteriormente, o ato também foi considerado possível crime contra a humanidade, “se fosse cometido de maneira disseminada ou sistemática, baseado em motivos políticos, sociais ou religiosos e voltado contra uma população civil” (VITO, 2009).

O ato é frequentemente executado como instrumento de limpeza étnica por parte dos combatentes inimigos. Assim como ocorreu na Bósnia, “esta era uma maneira de obter o controle das vítimas, seja através do medo, seja através da descendência, engravidando as mulheres da etnia rival” (BASSANETTI, 2014, p. 51). Atos semelhantes poderão ser identificados durante a ocupação da Palestina.

Por se tratar de um evento no âmbito doméstico, dentro das teorias tradicionais, o estupro e limpeza étnica acabam por não se enquadrar no espectro principal de análise das guerras, sendo visto como um efeito e não uma causa em si. O primeiro caso de processo e acusação de estupro como método de genocídio ocorreu em Ruanda, em 1998. Jean-Paul Akayesu, autoridade local, foi responsável por ajudar e incitar o estupro de mulheres do grupo Tutsi em 1994 (VITO, 2009).

Após terem seus corpos violados, muitas vezes essas mulheres ainda têm que lidar com a estigmatização dentro de seus próprios lares, podendo sofrer rejeição ou chacota em sua comunidade.

“As mulheres estupradas costumam ser estigmatizadas perante sua própria família e comunidade, sendo a expulsão das vítimas uma atitude muito comum. Por causa disso, o estupro não é mais um acidente de guerra, e sim uma arma, especialmente em casos de limpeza étnica, quando o ato enfraquece a identidade de comunidades inteiras”. (BASSANETTI, 2014, p. 59)

Para Costa (2008), quando entendemos a importância da análise tridimensional da guerra de forma interconectada - uma análise que vá desde as relações macrossociais (como a família) até as relações macrossociais (entre instituições internacionais, por exemplo) -, ficam claras as evidências sobre como opressões como a violência estrutural misógina e o racismo estão diretamente



associados ao militarismo. Diferentes análises demonstram como as mulheres são mais suscetíveis ao estupro quando vivem em sociedades militarizadas. Desta forma, não podemos pensar políticas domésticas dos Estados de uma forma separada ao seu comportamento no sistema internacional.

“Portanto, eles argumentariam que até que estas e outras hierarquias associadas à classe e à raça sejam desmanteladas e até que as mulheres tenham controle sobre sua própria segurança, um sistema de segurança verdadeiramente abrangente não pode ser concebido” (TICKNER, 1992, p. 24, tradução nossa).

É necessário enxergar a paz mais além da ausência de guerra. A paz dentro da abordagem feminista é alcançada junto com a justiça econômica e social, impreterivelmente. É fundamental questionar o papel de vítima que a mulher é posta no cenário da segurança internacional e desfazer essa ideia da necessidade de proteção. O poder, para as feministas, deve ser visto como uma capacitação mútua ao invés de um instrumento de dominação.

### 1.3 FEMINISMO NÃO OCIDENTAL

Assim como o feminismo se divide em diferentes vertentes de acordo com o viés de análise escolhido, é natural que ele também vá se diferenciar quando inserimos o peso cultural e geográfico em sua linha de frente. Diferentes culturas, religiões, tradições e crenças levam a diferentes concepções de liberdade e opressão. Sem embargo, é ainda em maior intensidade que essa análise é afetada quando inserimos o peso histórico e colonial que gerou essas diferenças.

O feminismo presente no assim chamado mundo ocidental foi construído em sua maioria nas escolas europeias e americanas, com um olhar branco e elitizado, falhando por muitas vezes em levar em consideração as diferentes identidades das mulheres formadas a partir de bases como classe e raça (DESTREUMAU e VERSCHUUR, 2012).

“Assim como as feministas em geral criticaram o conhecimento existente que se baseia nas experiências dos homens brancos ocidentais, as pós-modernistas afirmam que as próprias feministas correm o risco de essencializar o significado da mulher quando se baseiam exclusivamente nas experiências das mulheres brancas ocidentais: tal abordagem corre o risco adicional de reproduzir as mesmas distinções dualizantes a que as feministas se opõem no discurso patriarcal. As pós-modernistas acreditam que uma multiplicidade de vozes feministas deve ser ouvida para que o próprio

feminismo não se torne mais um sistema hierárquico de construção do conhecimento.” (TICKNER, 1992, p.15)

A divisão geográfica mundial entre Oriente e Ocidente remonta à Pré-história, na época do Império Romano. A concepção que temos com relação aos conceitos de oriental e ocidental, porém, vai muito além dos aspectos geográficos. Na verdade, Said (1990) aponta como todas essas entidades geográficas e culturais que criam a concepção em volta do termo “Oriente” foram, na verdade, criadas pelo homem. Said, em sua obra “Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente”, explica como o Ocidente criou o Oriente e desenhou uma visão distorcida em volta dele, em específico do mundo árabe, para pautar a evolução do colonialismo. Nas palavras do autor,

“O Oriente é parte integrante da civilização e da cultura material da Europa. O Oriente expressa e representa esse papel, cultural e até mesmo ideologicamente, como um modo de discurso com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais.” (SAID, 1990, p. 14)

Misleh (2020) aponta como a análise de Said demonstra a construção da oposição do ocidente pacífico e civilizado ao oriente violento e bárbaro. Essas concepções geram os estereótipos que são comumente incorporados também à forma como se analisa a opressão de gênero fora do eixo euro-americano.

Muitas das causas pelas quais as vertentes não ocidentais do feminismo atuam coincidem com aquelas dos países periféricos. A busca pela igualdade de gênero e a emancipação feminina são a base do feminismo globalmente. É importante ressaltar que as vertentes não ocidentais não deixam essas questões de lado e não negam a presença da opressão de gênero e as desigualdades que advém da mesma.

A diferença, portanto, está no pano de fundo que envolve essas realidades e levam a determinadas opressões e violências, além de considerar aspectos que não afetam a mulher ocidental. Segundo Gobo e Santos (2015), a luta das feministas ocidentais se volta contra a opressão masculina e estatal, enquanto as mulheres árabes, por exemplo, lutam contra a opressão masculina e colonialista. A forma como a primeira é vista e os papéis que lhe são atribuídos dentro da sociedade são muito diferentes daqueles de uma mulher árabe. Santos (2014, p. 210), aponta a “relação direta entre religião e relações sociais e de gênero por meio dos costumes e tradições” no Oriente Médio.

Saadawi (2007) também traz seu discurso na mesma linha de Santos, indicando como a forte presença da religião islâmica na construção das tradições, seja para o bem, ou para o mal, foi determinante ao longo de séculos para a forma como a mulher árabe é vista na atualidade. A feminista egípcia discorre sobre a prática da mutilação genital feminina (MGF), ainda presente em muitos países do Oriente Médio e África Oriental e a forma como isso transforma a relação das mulheres com sua sexualidade; sobre os casamentos arranjados, onde a mulher muitas vezes não pode expor suas escolhas ou preferências; sobre estupros incestuosos e a forma como a mulher é vista na sociedade de forma geral.

Segundo a autora, entretanto, muitos dos costumes impostos não estão e nem nunca estiveram presentes no Corão, mas sim foram reinterpretados e transformados ao longo do tempo, devido a questões econômicas e sociais.

“Os valores morais são de fato o produto dos sistemas sociais ou, mais precisamente, do sistema social imposto pela classe dominante com o objetivo de servir certos interesses econômicos e políticos, e assegurar que a situação da qual essa classe retira benefícios e poder se mantenha”. (SAADAWI, 2007, p. 42, tradução nossa)

O feminismo não branco e não ocidental incorpora e associa ao seu movimento a opressão sistemática advinda do capitalismo, interseccionando esse pensamento com questões de raça, sexualidade, ambientalismo e colonialismo, indo além das demandas do gênero individuais, nas quais, em geral, o feminismo surgido na Europa e Estados Unidos se baseia (MARSHOOD, 2020; MISLEH, 2020). Os movimentos na região do Oriente Médio, inclusive, antecedem os que surgiram nesses países (SAADAWI, 2007).

Esse feminismo, portanto, desenvolve dinâmicas próprias, relacionadas às diferentes identidades e movimentos presentes nas realidades das mulheres de cada região e cultura. Segundo Saadawi,

“Há cada vez mais provas de que as características consideradas intrínsecas ao homem ou à mulher foram de fato adquiridas da sociedade, do meio ambiente e de vários processos de socialização e educação, e que as relações entre os sexos não têm um padrão fixo ou eterno. Como resultado, a moral e os valores sexuais mudam de acordo com as estruturas sociais, econômicas e culturais prevaletentes na sociedade.” (SAADAWI, 2007, p. 119)

Devido a essas diferenças culturais tende-se a acreditar que certas características de países periféricos tornam suas mulheres submissas, sem voz

acerca da opressão que as afeta e necessitadas da ajuda externa (das feministas brancas, ocidentais) (MISLEH, 2020; DESTREMAU e VERSCHUUR, 2012). O movimento feminista que nasce fora desse olhar assistencialista luta para derrubar estereótipos como esses. O uso do véu, por exemplo, apontado pelos ocidentais como um dos maiores gestos da opressão da mulher muçulmana, na realidade, como descrito por Abu-lughod (2012), tem diversos significados e no caso das mulheres afegãs *pashtun* é um símbolo de humildade e modéstia. Além disso, o mesmo pode também ser usado como símbolo de resistência pertencimento a uma comunidade e o rechaço a isso pode também indicar traços do racismo enraizado nas sociedades ocidentais.

As vertentes do feminismo não ocidental estão intrinsecamente relacionadas aos movimentos e estudos feministas anticoloniais, que travam a luta contra a opressão machista e a colonização simultaneamente. Segundo Misleh (2020), essa vertente “critica e desconstrói as representações orientalistas, reducionistas e generalistas, e preenche o vácuo de um movimento que desvia o olhar para as relações de poder que são fundantes à opressão de gênero.”

Muitos tipos de feminismo advêm das lutas anti ou pós-colonialista, dentre os quais podemos citar o feminismo negro, estudos subalternos, feminismo do terceiro mundo, feminismo Chicana e assim por diante (MARTEU, 2012), distribuídos em diferentes regiões do planeta como América Latina, Índia, África Ocidental, Arábia e mundo Islâmico, Palestina e Israel, China, Mongólia (DESTREMAU e VERSCHUUR, 2012). O ponto em comum da luta das mulheres nesses contextos é a junção da preservação da cultura e da nação contra o colonialismo, por meio da “desconstrução das instituições patriarcais naturais do país que formaram diversos pilares da sua cultura” (GOBO e SANTOS, 2015, p. 3).

“A libertação completa e real da mulher, seja nos países árabes, seja no Ocidente ou no Extremo Oriente, só pode tornar-se um fato quando a humanidade acabar com a sociedade de classes e a exploração para sempre, e quando o sistema patriarcal com seus valores, estruturas e vestígios tiver sido apagado da vida e da mente do povo”. (SAADAWI, 2007, p. 135)

Quanto ao papel do feminismo ocidental frente aos demais movimentos, Abu-lughod (2012) reforça a importância de respeitar as diferenças culturais sem relativizá-las, aceitando que o melhor para uma sociedade pode não necessariamente ser o melhor para a outra. É necessário, segundo a autora, adotar uma linguagem igualitária de alianças que será capaz de encaminhar para uma linguagem de salvação.

## 2 CONTEXTUALIZANDO O CONFLITO PALESTINO-ISRAELENSE

São mais de setenta anos desde a controversa divisão do território Palestino entre árabes e israelenses. Dentro de todos seus desdobramentos, a despeito das diversas tentativas de acordos de paz para cessar a guerra armada e segregação territorial, o conflito decorrente dos desacordos segue distante de uma resolução.

O longo e lento processo de criação de um Estado Palestino, a ocupação por meio de assentamentos israelenses na Cisjordânia e as barreiras construídas por Israel estão entre os motivos que contribuem para o difícil alcance de acordos de paz, porém não são suas únicas causas. Jerusalém está no centro das discussões, sendo disputada por motivos religiosos de ambas as partes e as fronteiras delimitadas após a Guerra dos Seis Dias não são aceitas pelos palestinos. O resultado dessas ocorrências são registros diários de infrações de direitos humanos, drástica redução da qualidade de vida dos palestinos, mortes de civis, alta taxa de desemprego, entre outros.

Para entendermos os atuais desdobramentos do conflito, faz-se necessária a compreensão mais extensa dos acontecimentos históricos que levaram ao cenário presente e as visões que justificam o comportamento de cada um.

### 2.1 LINHA DO TEMPO: A COLONIZAÇÃO E A SEGUNDA GUERRA

O território denominado como Palestina até 1453 era dominado pelo Império Romano. Após sua queda e até o período da Primeira Guerra Mundial, a colonização turco-otomana predominou e diversos povos, entre eles os judeus, evadiram para outros territórios, em especial para a Europa (KHALIDI, 2010).

No final do século XIX surge o movimento sionista no Leste Europeu, cujo mote principal era a defesa da criação de um Estado Judeu. Como para a religião judaica Israel havia sido prometida por direito divino (GORDON, 2008), esse foi o lugar escolhido para a formação do Estado. Será já nessa época em que os primeiros

assentamentos judeus passam a ser estabelecidos no território palestino, os “*Kibbutzim*” and “*Moshavim*”<sup>2</sup>.

Durante o período da Guerra Mundial, os britânicos realizaram aproximações tanto com os palestinos quanto com os judeus, realizando acordos e promessas para ambos (KHALIDI, 2010). Havia interesses políticos e econômicos por parte das potências ocidentais, que visavam colonizar o território do Oriente Médio para ter acesso à localização privilegiada e às fontes petrolíferas do território<sup>3</sup>.

Para os palestinos, o apoio britânico refletido no Acordo de Hussein-McMahon de 1915, estava condicionado à derrota do Império Turco-Otomano por parte dos árabes. As promessas do Reino Unido eram direcionadas especificamente à criação de um ou mais Estados soberanos nos territórios e de um reino árabe que englobaria a Síria, a Palestina e o Iraque<sup>4</sup>.

A Declaração de Balfour de 1917 acaba mostrando que as promessas não seriam cumpridas, já que naquele momento os britânicos direcionam seu interesse à causa sionista, dando apoio à criação de um Estado judeu na Palestina. “O motivo pelo qual o governo britânico resolveu apoiar as pretensões sionistas encontra respaldo nos benefícios estratégicos que eles poderiam ter com a grande massa de judeus na Palestina, mais especificamente em relação ao Canal de Suez.” (QEDAN, 2019, p. 11). Após o fim da Primeira Guerra Mundial, passa a ter vigência o Sistema de Mandatos e Inglaterra e França passam a ter controle sobre o Oriente Médio.

Em 1919 ocorre o Primeiro Congresso Palestino, onde eles se posicionam ativamente contra a vinda dos novos judeus para o território e formação de um Estado. Na época, o número de árabes na região ultrapassava os 500 mil e eram maioria da população na Palestina. Na década seguinte, a população judaica irá crescer dez vezes com o apoio do Mandato Britânico.

Na década de trinta, com a ascensão de Hitler, se intensifica a perseguição aos judeus e conseqüentemente também o fluxo migratório dos mesmos para a

---

<sup>2</sup> TAHHAN, Zena. Israel's settlements: Over 50 years of land theft explained. **Aljazeera**, 2017. Disponível em: <<https://interactive.aljazeera.com/aje/2017/50-years-illegal-settlements/index.html>>. Acesso em 10 Out 2020.

<sup>3</sup> QEDAN, Mussa Bakri. **Reconhecimento Da Autoridade Nacional Palestina Como Estado Soberano**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

<sup>4</sup> Ibidem.

Palestina (KHALIDI, 2010). Britânicos tentam conter migrações dos judeus por meio da implementação de cotas anuais (o “Livro Branco”), porém sem sucesso. Os protestos da população árabe se intensificaram, tendo como consequência a Revolta Nacionalista Árabe em 1936. O movimento, entretanto, foi fortemente reprimido pelos britânicos, com apoio dos judeus e Haganá (grupo militar criado para defesa do povo judeu) e o resultado foi a morte de cerca de 10% da população masculina palestina (KHALIDI, 2010).

“Diversos motivos inviabilizaram a continuação do Mandato Britânico sobre a Palestina, dentre eles podem ser apontados os seguintes: a crescente disputa entre judeus e palestinos pelo direito de ter um território, o que se verifica a partir de 1921, data em que ocorreu uma revolta palestina em Jaffa; já em 1929 os conflitos se intensificam em razão de confusões no Muro das Lamentações entre árabes e judeus; e depois a situação começa a se agravar em 1936, data em que ocorreu a segunda rebelião árabe contra o exacerbado crescimento do número de imigrantes judeus na Palestina.” (QEDAN, 2019, p. 12)

O cenário, portanto, toma um rumo diferente, quando a partir de 1947 a ONU passa a assumir a responsabilidade pelo território da Palestina.

## 2.2 O PÓS-GUERRA, AL NAKBA E CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Após a Segunda Guerra, os vestígios do Holocausto geraram um apoio vindo da comunidade internacional para Israel. A Palestina, enfraquecida após os eventos da década anterior, sai prejudicada e perde força política (KHALIDI, 2010). Os judeus criaram mais grupos além do Haganá para incrementar seu poder paramilitar e dar suporte às migrações.

Dois anos após o fim da guerra, por meio da Resolução 181 da ONU é feita a divisão dos territórios entre Israel (55% das terras da região) - que passa a ser reconhecida como Estado -, e a Palestina (45% das terras da região). Jerusalém fica sob o comando da ONU por questões políticas e religiosas. A população palestina, entretanto, era três vezes maior que a judaica e as terras nas quais foi implantado o novo Estado de Israel eram mais férteis. Isso gerou insatisfação por parte dos árabes, que consequentemente não aceitaram o acordo.

Entre 1947 a 1949, ocorre o que os palestinos chamam de “*Nakba*” (palavra árabe “النكبة” que significa “catástrofe” ou “desastre”). Esse período reflete o êxodo de



mais da metade da população palestina, após a invasão da Liga Árabe (formada pelo Egito, Jordânia, Síria, Líbano, Iraque e os árabes palestinos) na intenção, frustrada, de impedir a independência e consolidação do novo Estado de Israel, que se concretiza em maio de 1948. Derrotados, os palestinos são obrigados a abandonar suas terras e suas casas, refugiando-se na Jordânia, Síria, Líbano, entre outros.

“A grande ressalva ficou por conta da discrepância entre as forças militares árabes e israelenses, pois aquelas, mesmo contando com um número muito elevado de soldados, acabaram por ser superadas por essas, as quais recebiam ajuda bélica dos Estados Unidos (EUA) e da Grã-Bretanha. A vitória dos militares israelenses sobre os árabes se deu pelo forte auxílio dos EUA, pois o governo americano viu em Israel um aliado poderoso para o alcance de vantagens estratégicas no Oriente Médio.” (QEDAN, 2019, p. 13)

Por falta de uma organização centralizada, os territórios definidos pela Resolução 181 como sendo palestinos acabam sendo absorvidos por outros países (GORDON, 2008). A Faixa de Gaza foi ocupada pelo Egito e a Cisjordânia pela Jordânia. Após determinada a trégua por meio do Acordo de Armistício pelo Conselho de Segurança da ONU, Israel detinha 79% do território da Palestina.

A intervenção da ONU resultou na criação da Agência de Assistência e Obras das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina (UNRWA), com o objetivo de dar assistência humanitária para os milhares de refugiados palestinos. A ONU também coordena a divisão de Jerusalém em 1949, ficando a parte oriental para a Jordânia, e a parte ocidental para Israel.

“No Conselho de Segurança, a ‘Questão da Palestina’ será renomeada em 1967 de ‘Situação no Oriente Médio’. A forma de tratamento da questão revela os condicionantes históricos, um determinado momento político dos conflitos no Oriente Médio, bem como a centralidade do território palestino nessas disputas.” (JARDIM, 2003)

A população da palestina estava dispersa pelo Oriente Médio e o sentimento nacionalista que havia surgido desde a dominação turco-otomana continuava ascendendo. Nos campos de refugiados surgiam movimentos de resistência por intermédio da militância política de universitários de origem palestina<sup>5</sup>.

Dentre os grupos mais relevantes se destacam o *Al Fatah*, grupo cujo nome vem do termo traduzido do árabe como Movimento Nacional para a Libertação da Palestina (MNLP), que foi formado em 1950 após a Guerra de Suez, e passam a lutar

---

<sup>5</sup> QEDAN, Mussa Bakri. **Reconhecimento Da Autoridade Nacional Palestina Como Estado Soberano**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

pela libertação da Palestina por meio de conflitos armados, reivindicando uma existência nacional separada e independente, tendo como líder Yasser Arafat. Posteriormente foi criada a Organização pela Libertação Palestina (OLP) em 1964, que reúne os diferentes grupos que tinham como principal objetivo a unificação do mundo árabe, liderados inicialmente pelo Presidente Nasser e a partir de 1969 por Yasser Arafat (KHALIDI, 2010).

Em 1967 Israel declara Guerra para o Egito, iniciando a chamada Guerra dos Seis Dias. Como justificativa, colocam-se dois pontos: primeiramente, Nasser havia tido informações por parte da União Soviética (URSS) (na época apoiadora da causa árabe enquanto os EUA apoiavam Israel, lembrando que aqui o mundo ainda estava sujeito à divisão bipolar da Guerra Fria) de que Israel planejava invadir a Síria e enviou seu exército para a Península do Sinai; em seguida, Nasser determina o fechamento Estreito de Tiran, impedindo passagem das embarcações israelenses (GORDON, 2008; LEVINE, 2013).

Israel saiu vitoriosa do conflito e mais uma vez expandiu seu território para além do determinado pela ONU, alegando legítima defesa. Foram ocupadas algumas áreas da Península do Sinai, da Faixa de Gaza, as Colinas de Golã, Cisjordânia e toda a cidade de Jerusalém. Esses territórios recém anexados passam a também estar sob a legislação israelense. A resolução 242 da ONU tinha como objetivo que Israel devolvesse os territórios ocupados durante o conflito (LEVINE, 2013), sob o conceito de "terra pela paz". Israel, entretanto, não aceita o acordo. Novamente os palestinos se espalharam em outras regiões como Síria, Líbano e Jordânia, sendo esta última o local onde se exilou a OLP.

“Após a derrota dos países árabes em 1967, ascenderam à direção da OLP as organizações militantes, nascidas nos campos de refugiados e inspiradas pelo marxismo terceiro-mundista. A nova direção da OLP abandonou a diplomacia e o direito internacional, aderiu à luta armada, às mobilizações nos campos de refugiados e à cultura de resistência.” (SAYIGH, 1997 apud ABU-EL-HAJ, 2014)

Os palestinos fizeram tentativas de recuperação do território perdido na Guerra dos Seis Dias por meio da Guerra do *Yom Kippur*, em 1973 (LEVINE, 2013). O termo que dá nome à guerra significa “Dia do Perdão”, um dia sagrado para a população judaica. Os palestinos realizaram um ataque surpresa, sem aviso de guerra e conseguiram provisoriamente recuperar os territórios da Península do Sinai e as

Colinas de Golã, porém com a suporte dos Estados Unidos, o território voltou rapidamente ao domínio dos israelenses.

Após esse evento, ocorrem alguns marcos cruciais para a criação do Estado Palestino em 1974: a declaração da liga Árabe de que a OLP era a única representante legítima do povo palestino e o reconhecimento da Assembleia Geral da ONU que esta seria a entidade competente em qualquer assunto que diga respeito à Palestina (Resolução 3236)<sup>6</sup>. Apesar de não ser um Estado, a OLP passa a fazer parte da ONU como Entidade Observadora.

Os Acordos de Paz de Camp David negociados de 1978 a 1979, mediados pelos Estados Unidos, envolvendo Israel e Egito, tornam a possibilidade de paz mais próxima. O Egito é o primeiro país árabe a reconhecer o Estado de Israel e abre mão da Faixa de Gaza. Israel, em contrapartida, devolve a Península do Sinai. Porém, o acordo não é bem visto por todos os grupos árabes e Anwar el-Sadat, líder egípcio que assinou o acordo de paz, é posteriormente assassinado por membros da Jihad Islâmica Egípcia.

A OLP ainda continuava sendo vista como uma ameaça para os judeus, sendo considerada como um grupo terrorista para os mesmos, ainda que fosse reconhecida pela ONU. Em 1982, os israelenses invadem o sul do Líbano, onde a OLP estava exilada desde 1970, na chamada Operação Paz para Galileia (Guerra do Líbano) (LEVINE, 2013). Como consequência desse ataque ocorreu a criação do grupo radical Hezbollah, como reação dos árabes libaneses.

### 2.3 AS INTIFADAS E O ACORDO DE OSLO

Intifada foi a denominação dada para as insurreições dos Palestinos contra o Exército Israelense, em 1987 e 2000. O termo vem do árabe (انتفاض - *Intefadah* ou *Intifadah*) e significa na tradução literal agitação, levantamento ou levante. Um ponto importante das Intifadas é o fato de que a partir de seu surgimento, os conflitos entre

---

<sup>6</sup> UNITED NATIONS. **Resolution 3236 (XXIX). Question of Palestine.** United Nations. [S.l.], 22 Nov 1974. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20110925214133/http://domino.un.org:80/UNISPAL.NSF/0/025974039acfb171852560de00548bbe>> Acesso em 10 Out 2020

Palestina e Israel, antes apenas externos, passam a ter um desenrolar também no campo interno.

A Primeira Intifada, também conhecida como Guerra das Pedras, foi uma rebelião popular espontânea na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. A população se voltou contra os militares israelenses atirando paus e pedras. O movimento tomou um caráter de resistência por parte da população palestina e foi fortemente repreendido pelos seus inimigos (GORDON, 2008; KHALIDI, 2010; LEVINE, 2013).

“O cenário descrito era digno de grandes repercussões internacionais, em que jovens lutavam com pedras e estilingues contra soldados fortemente armados, com tanques e armas potentes. Enquanto esses lutavam ativamente, os adultos também batalhavam, porém de forma diversa. Eles planejavam boicotes a produtos fabricados e comercializados por israelenses, cometiam desobediências civis, se recusavam a pagar impostos, dentre outras atitudes que inviabilizavam a administração israelense sobre os territórios palestinos.” (QEDAN, 2019, p. 17)

As mortes e prisões em massa ocorridas na Faixa de Gaza geraram ainda mais revolta entre os palestinos e levaram à criação do grupo Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) (PESTANA, 2016). O grupo, muito mais radical que seus precedentes, assume um discurso a favor da destruição total do Estado de Israel e torna mais difícil a efetivação de acordos de paz.

Durante a Intifada, todos os países árabes passaram a reconhecer a independência do Estado da Palestina, declarada em novembro de 1988. “Essa Declaração foi considerada apenas como um ato simbólico, uma vez que, à época, a Palestina não reunia todos os elementos constitutivos exigidos pelo Direito Internacional para o seu pleno reconhecimento como um Estado soberano” (QEDAN, 2019, p. 20). É formada a Autoridade Nacional Palestina (ANP), liderada por Yasser Arafat, atuando em questões referentes à Faixa de Gaza e Cisjordânia e coexistindo com a OLP.

Com o objetivo de cessar o conflito, em 1991 os Estados Unidos intervêm e começam a desenhar um acordo de paz entre os dois Estados, sob mediação diplomática norueguesa. A oficialização ocorreu apenas em 1993, após diversas negações dos termos dos documentos e dificuldade de negociação entre as duas partes e a efetivação territorial se inicia em 1994. Os documentos chamados “Acordos de Oslo” trarão mudanças históricas para o conflito. A partir da assinatura dos documentos, Israel (representada pelo seu primeiro ministro Yitzak Rabin) e Palestina

(representada por Yasser Arafat) passam a reconhecer sua existência mútua e se comprometem a negociar a criação dos dois Estados. No anúncio do Acordo de Oslo II em 1995, a Autoridade Nacional Palestina ganha autonomia na Faixa de Gaza e em Jerusalém Ocidental. A Cisjordânia é dividida em 3 áreas: Zona A - controlada civil e militarmente pela Palestina; Zona B - controlada pela Palestina, mas policiada pelo exército israelense; Zona C: controlada civil e militarmente por Israel. Por esse acordo, ambos representantes dos Estados receberam um Nobel da Paz.

“Concretamente, os Acordos previam o fim do conflito armado; retiradas israelenses de extensas partes dos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia; formação de um protoestado palestino (Autoridade Nacional Palestina) com poderes administrativos e diplomáticos; cooperação nas áreas de segurança, infraestrutura e economia; e o início de negociações sobre um tratado de paz no transcorrer máximo de cinco anos.” (ABU-EL-HAJ, 2014)

Sucedendo a assinatura dos acordos de Oslo, ocorre a efetivação de um acordo de paz entre Israel e Jordânia, o pedido dos Estados Unidos de reconhecimento de um Estado Palestino e proposição de um acordo de paz - a Iniciativa de Paz Árabe -, por conta da Arábia Saudita.

Infelizmente, poucas coisas se alteraram em relação aos territórios ocupados e ainda há muita divergência das ações tomadas pelos representantes de Estado e os grupos que representam “a causa Palestina”, como o Hamas. Israel por sua vez continua mantendo suas tropas na Cisjordânia e criando assentamentos israelenses. O Estado judaico foi adotando uma postura de retorno à sua antiga doutrina e recuo aos acordos de Oslo.

“O regresso à doutrina original foi simbolizado pela esmagadora vitória eleitoral de Ariel Sharon por 68% contra 23% de Barak. Sharon havia focado sua campanha eleitoral na impossibilidade de Israel aceitar um estado palestino governado pelo Hamas. A sua visita à Esplanada das Mesquitas em setembro de 2000, a faísca que levou à explosão da “Segunda Intifada”, teve a simbólica demonstração de que nenhum lugar religioso islâmico ficaria fora da soberania de Israel.” (ABU-EL-HAJ, 2014)

A Segunda Intifada adveio do sentimento de frustração fomentado pelos acordos não cumpridos e se manifestou por meio de protestos palestinos. Israel reprime os movimentos por meio de “assassinato de lideranças, incursões nos centros urbanos, bombardeios aéreos e o isolamento das cidades palestinas por bloqueios militares” (PRESSMAN, 2003 apud ABU-EL-HAJ, 2014). A reação do Hamas foi por meio de ataques suicidas contra civis e militares. Nessa época há muitos registros de

violações dos direitos humanos por parte de Israel e será um momento de drástico impacto na qualidade de vida da população palestina.

A identificação do Hamas como um grupo terrorista se intensifica, principalmente por parte de Israel e Estados Unidos. O prosseguimento dos ataques, que já estavam fora do controle do governo palestino, leva Israel a construir uma cerca de segurança na divisa com a Cisjordânia. O muro de 720 quilômetros separou vários territórios palestinos e foi repreendido pela comunidade internacional, sendo considerado como uma grande infração dos direitos humanos.

“A questão foi levada para instâncias internacionais superiores, e o Tribunal de Haia analisou o caso e decidiu que a construção do muro em territórios palestinos ocupados não configura uma causa de legítima defesa. Sendo assim, foi determinado que o governo israelense reparasse os danos causados à população palestina, além de retornar ao estado territorial anterior à construção do muro, posto que a construção tinha a intenção de anexar mais territórios palestinos, e violava diversos direitos humanos, tratados e leis que Israel havia ratificado.” (SALOMÃO, 2018 apud QEDAN, 2019)

O muro, entretanto, existe até hoje e segue em construção. O conflito só cessou novamente quando o então primeiro-ministro israelense Ariel Sharon determinou a retirada das tropas da Faixa de Gaza e os assentamentos ilegais em 2005. O controle dos acessos aéreo, marítimo, de veículos e de pedestres segue nas mãos de Israel e em 2007, após a vitória parlamentar do Hamas, foi imposto um bloqueio que segue até os dias de hoje, em todas essas vias.

## 2.4 A ATUALIDADE DO CONFLITO E SUAS REPERCUSSÕES NA VISÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Em 2011, a Autoridade Nacional Palestina conseguiu o reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>7</sup>, com base nas fronteiras de 1967 e Jerusalém Oriental identificada como sua capital e em 2012 a Palestina conseguiu o status de “Estado Observador” reconhecido pela ONU. Hoje é reconhecida como Estado soberano por 137 países<sup>8</sup>,

---

<sup>7</sup> UNESCO votes to admit Palestine as full member. **UN News**, 2011. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2011/10/393562-unesco-votes-admit-palestine-full-member>> Acesso em 02 Out 2020.

<sup>8</sup> PALESTINE. **Permanent Observer Mission of The State of Palestine to the United Nations New York**. Diplomatic relations. [s.d.]. Disponível em: <http://palestineun.org/about-palestine/diplomatic-relations/>. Acesso em: 27 set 2020.

porém ainda não tem reconhecimento por parte de importantes órgãos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) (QEDAN, 2019).

“Por consequência dos avanços na cena internacional, a Palestina passou a adotar as Convenções de Genebra e os seus respectivos Protocolos Adicionais e, posteriormente, em 2015, ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI). A partir da admissão em diversas organizações internacionais, a Palestina passou a demonstrar condições para se firmar dentro da sociedade internacional.” (MAIA, 2015 apud QEDAN, 2019)

O Brasil possui uma relação diplomática com a Palestina por meio da OLP que já ultrapassa os 40 anos, porém o atual presidente Jair Messias Bolsonaro deu indícios da possibilidade de alinhar-se aos Estados Unidos no sentido de não reconhecer o Estado Palestino e transferir a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, decisão ainda não confirmada.

Ramallah é a capital oficial da Palestina, já que a maioria dos palestinos não possuem acesso à Jerusalém. Nessa cidade se encontram as principais instituições políticas, econômicas e até mesmo turísticas do país, a sede da ANP e dos ministérios palestinos.

Atualmente, a região onde se encontra a Palestina é constituída pelo Estado de Israel, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. O Fatah e o Hamas, devido às discordâncias em relação às tomadas de decisão da ANP, estão em ruptura. O primeiro comanda a área da Cisjordânia e o segundo a Faixa de Gaza. A presença do Hamas tornou o conflito ainda mais violento nessa região, sendo recentemente marcado pela Guerra de Gaza de 2014<sup>9</sup>, momento em que foram registradas diversas infrações de direitos humanos, destruição de escolas, mesquitas, hospitais e mais de duas mil mortes. Além disso, a governança política do Hamas causou o isolamento do território das regiões palestinas comandadas pelo Fatah.

Em 2018, se iniciou em Gaza a chamada “Marcha do Retorno”, uma forma de protesto semanal dos palestinos pelo seu direito ao território de onde muitos foram expulsos após 1948. Durante as manifestações, muitos civis foram feridos e mortos, incluindo crianças e paramédicos.

---

<sup>9</sup> PAMPLONA, Isadora. Os 50 dias de guerra em Gaza em 2014. **DW**, 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/os-50-dias-de-guerra-em-gaza-em-2014/g-17886930>> Acesso em 19 Out 2020.

Israel continua expandindo seu território na Zona C da Cisjordânia por meio de assentamentos e *outposts*. Dentre as diversas consequências, destaca-se a evidência de violação dos direitos humanos por ambas as partes envolvidas no conflito, mas em especial por parte do Estado de Israel, que moldou seu sistema de leis de forma a beneficiar o povo judeu<sup>10</sup>. Neste estudo daremos mais destaque para os impactos gerados para a população palestina, para que na sequência seja possível enfatizar especificamente a situação de suas mulheres.

As expansões territoriais israelenses feitas após a Guerra dos Seis Dias até os dias atuais são consideradas ilegais por alguns órgãos internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU. Sem embargo, o apoio de potências como os Estados Unidos, maior poderio militar e organização política e territorial, tornam o cenário mais favorável para o Estado de Israel.

As restrições impostas por Israel são severas e discriminatórias aos direitos humanos dos palestinos, entre elas a restrita circulação de pessoas e bens para dentro e fora da Faixa de Gaza e criação e/ou facilitação de assentamentos israelenses dentro da Cisjordânia ocupada, prática ilegal segundo o Direito Internacional Humanitário. Segundo o relatório de 2019 do *Human Rights Watch* (HRW)<sup>11</sup>,

“o restrito controle de circulação em Gaza durante doze anos por Israel, exacerbado pelas restrições egípcias em sua fronteira com Gaza, limita o acesso a oportunidades econômicas, de educação e outras, a assistência médica, a água potável e eletricidade para os quase 2 milhões de palestinos que ali vivem. Oitenta por cento da população de Gaza depende de ajuda humanitária.” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020)

Desde a Primeira Intifada, Israel passou a criar centenas de bloqueios rodoviários e *checkpoints* controlados pelas autoridades militares israelenses nas fronteiras com o território Palestino. Uma das justificativas para essa decisão foi a de prevenir ataques terroristas que passaram a ser muito frequentes a partir da década de noventa e que os bloqueios contribuíram para a pacificação e proteção da população residente da região. Sem embargo, ainda que Israel alegue que a barreira

---

<sup>10</sup> ISRAEL e Palestina: Eventos de 2019. **Human Rights Watch**, 2020. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336702>> Acesso em 02 Out 2020.

<sup>11</sup> Ibidem.



construída tenha sido por segurança, 85% dela se encontra na Cisjordânia e não ao longo da Linha Verde, que separa o território israelense do palestino<sup>12</sup>.

Os bloqueios são um dos principais pontos de discórdia e revolta do governo e população palestinos, pois tornam extremamente restrita a circulação dos que não sejam israelenses, em especial para acesso à Jerusalém. Presentemente, das centenas de *checkpoints* instalados na década de noventa, seguem ativas aproximadamente três dezenas<sup>13</sup>, sendo desconsiderados os chamados *flying checkpoints* que são bloqueios temporários e *roadblocks*.

Os obstáculos à circulação da população palestina na Cisjordânia para evitar sua aproximação aos assentamentos, fazem diversas vezes que seja necessário a tomada de longos desvios e restringem o acesso a suas próprias terras agrícolas. Em julho de 2019, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) documentou 705 obstáculos permanentes, como postos de controle na Cisjordânia<sup>14</sup>.

Aproximadamente 70.000 palestinos cruzam a fronteira diariamente para trabalhar em Israel<sup>15</sup>. O motivo desse alto número de trabalhadores que optam por posições em território israelense se dá devido à alta taxa de desemprego nos territórios palestinos, além do fato da grande diferença salarial oferecida em cada um dos lados. Um trabalhador pode ganhar até cinco vezes mais em um ano em Israel do que na Cisjordânia<sup>16</sup>.

Entre os mais importantes *checkpoints* ativos estão o *Checkpoint 300* e *Al-taybeh Checkpoint*, cada um sendo responsável pelo acesso diário de aproximadamente quinze mil trabalhadores. O *Checkpoint Qalandia* é o principal bloqueio entre Ramallah e Jerusalém, representando um terço do movimento entre a

---

<sup>12</sup> ISRAEL e Palestina: Eventos de 2019. **Human Rights Watch**, 2020. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336702>> Acesso em 02 Out 2020.

<sup>13</sup> \_\_. LIST of military checkpoints in the West Bank and Gaza Strip. **The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories**, 2019. Disponível em: <[https://www.btselem.org/freedom\\_of\\_movement/checkpoints\\_and\\_forbidden\\_roads](https://www.btselem.org/freedom_of_movement/checkpoints_and_forbidden_roads)>. Acesso em 11 out 2020.

<sup>14</sup> ISRAEL e Palestina: Eventos de 2019. **Human Rights Watch**, 2020. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336702>> Acesso em 02 Out 2020.

<sup>15</sup> CHECKPOINTS. **Aljazeera**, 2018. Disponível em: <<https://interactive.aljazeera.com/aje/2018/commuting-through-israeli-checkpoints/index.html>>. Acesso em 10 out 2020

<sup>16</sup> Ibidem.

Cisjordânia ocupada e Israel, com 6.000 trabalhadores ao dia. Os *checkpoints* abrem às quatro da manhã, porém as filas para a passagem começam a se formar por volta das três da manhã e o processo de autorização pode levar até três horas. Devido a isso, alguns palestinos preferem dormir em seu trabalho e voltar apenas aos fins de semana, para evitar atrasos e perda do emprego.

A superlotação nos *checkpoints* é um exemplo do desequilíbrio de poder entre Israel e Palestina, considerando que os moradores desta última dependem das oportunidades de trabalho oferecidas pelo primeiro, mas têm que se submeter a condições insalubres para terem acesso a elas, ou então estar longe de suas famílias na maior parte da semana. Ademais, a situação já se mostrou perigosa tendo como exemplos as duas mortes em *Al-taybeh Checkpoint* em 2014, de dois homens que foram esmagados durante a tentativa de passagem da fronteira<sup>17</sup>. As permissões de trabalho têm um custo que pode chegar a \$700 ao mês, o que para alguns representa quase metade de seu salário.

Além da questão trabalhista, os *checkpoints* também são importantes para aqueles que dependem do acesso a estruturas médicas nos hospitais de Israel. Em 2019, segundo a OMS, o exército israelense negou ou não respondeu em tempo hábil a 34% dos pedidos de permissão de palestinos com consultas médicas agendadas fora de Gaza. Também fazem parte destas estatísticas as mulheres palestinas gestantes que dependem dos hospitais israelenses para os procedimentos de pré-natal ou o próprio parto de seus bebês, fato que será visto com mais profundidade no capítulo seguinte. Neste mesmo ano foi registrado que a Farmácia Central de Gaza não tinha em estoque 46% dos medicamentos "essenciais"<sup>18</sup>.

“Os palestinos não podem ir a hospitais para tratamento médico, e enfrentam dificuldades para chegar a seus locais de trabalho ou realizar a atividade normal de compras nas principais cidades e vilas. Os agricultores não podem transportar mercadorias agrícolas para as cidades, causando um grave impacto econômico. O ‘muro de separação’ construído por Israel resultou no confisco e destruição de terras palestinas, e impediu que milhares de famílias trabalhassem em suas terras.” (DARWEISH, 2010, p. 88, tradução nossa)

---

<sup>17</sup> CHECKPOINTS. **Aljazeera**, 2018. Disponível em: <<https://interactive.aljazeera.com/aje/2018/commuting-through-israeli-checkpoints/index.html>>. Acesso em 10 out 2020

<sup>18</sup> ISRAEL e Palestina: Eventos de 2019. **Human Rights Watch**, 2020. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336702>> Acesso em 02 Out 2020.

Na Faixa de Gaza a situação é ainda mais grave, já que além dos bloqueios, os dois *checkpoints* que concedem acesso a Israel são abertos somente para raros casos de urgência médica. Israel também possui controle sobre todas as importações e bloqueia todas as exportações da região, fato que levou ao colapso da economia de Gaza, com mais de 50% de sua população vivendo em situação de extrema pobreza, segundo o *The World Bank*<sup>19</sup>. Na região, a população possui apenas quatro horas diárias de luz elétrica, falta de combustível e apenas 5% da água disponível é potável.

O escasso acesso a bens primários de bem-estar e saúde pública, causam o que é denominado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como “insegurança alimentar”. Esse fenômeno afetou cerca de 1,3 milhão de palestinos na Faixa de Gaza (aproximadamente 68% da população) em 2018. Os motivos principais foram a pobreza e o desemprego. A taxa de pessoas sem trabalho foi de 53% nos três primeiros trimestres do ano, o que foi considerado um recorde histórico na região.<sup>20</sup>

Após a divisão territorial em 1948, e crescentemente após cada conflito, onde o território foi sendo repetidas vezes dividido, a maioria dos árabes palestinos se tornaram refugiados em outros países, principalmente nos países árabes vizinhos. Dentro de Israel, o asilo como refugiado é muitas vezes negado, deixando muitos sem acesso a serviços básicos. Até 2018, cerca de trinta mil pessoas em busca de asilo viviam em Israel e até a metade daquele ano, havia cerca de quinze mil requisições abertas e nenhuma concedida até então<sup>21</sup>. Os poucos que conseguiram se manter no território atualmente seguem sob jurisdição e política israelense, que de forma geral é restritiva e discriminatória.

“Desde 1948, aqueles que permaneceram em campos de refugiados ou em territórios ocupados por Israel conheceram outros caminhos possíveis no mundo árabe e, posteriormente, em outros países da Europa e América. De acordo com o Instituto do Mundo Árabe (em Paris), estima-se que 680 mil palestinos tenham deixado a Palestina no momento da criação do Estado de

<sup>19</sup> POVERTY. **The World Bank.** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/topic/poverty?locations=PS>> Acesso em 20 Out 2020.

<sup>20</sup> \_\_. OCHA: 2018 teve número recorde de mortos e feridos em Territórios Palestinos. **ONU News**, 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/12/1653451>>. Acesso em 06 out 2020

<sup>21</sup> \_\_. ISRAEL and Occupied Palestinian Territories 2019. **Amnesty International**, 2019. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/countries/middle-east-and-north-africa/israel-and-occupied-palestinian-territories/report-israel-and-occupied-palestinian-territories/>>. Acesso em 06 out 2020

Israel (1948) e cerca de 250 mil após a Guerra dos Seis Dias, em 1967.” (JARDIM, 2003)

O Estado israelense criou leis que contribuem para a aquisição de cidadania apenas para os judeus, dando a eles permissão para voltar ao território e conseguir seus direitos de forma ágil e prática. Para os árabes, entretanto, conseguir as autorizações para residência é uma tarefa quase impossível.

Israel foi garantindo sua expansão territorial por meio de instrumentos legais excludentes aos palestinos. As principais leis que dão respaldo aos judeus em detrimento dos direitos árabes são a Lei de Direito de Propriedade dos Ausentes (março de 1950), a Lei do Retorno (junho de 1950) e a Lei de Cidadania (1952), que, combinadas, tornam quase impossível aos árabes conseguirem o título de cidadão de Israel (DARWEISH, 2010).

A Lei dos Ausentes visava negar às massas palestinas que haviam evadido durante a *Nakba*, o direito de permanência em Israel. Dessa forma, foi possível apropriar-se de diversos territórios e agregá-los ao novo Estado. A Lei do Retorno, por sua vez, deu a qualquer judeu do mundo o direito de imigrar e povoar de forma desimpedida, automaticamente tornando-se cidadão de Israel. Essas duas leis agiram de forma a impedir o retorno dos palestinos às suas casas e negar-lhes o direito à cidadania e propriedade. Assim como posto por Jardim (2003), “instrumento legal no novo Estado, a Lei dos Ausentes regulamentou a anulação dos direitos de massas palestinas-árabes, não-judias, que se tornaram refugiadas na guerra de 1948.”

A Lei de Cidadania, por sua vez, dá aos palestinos o direito de residir em Israel, mas não lhes proporciona os mesmos direitos e recursos que um cidadão israelense. Após a Guerra em 1967, essa lei teve grande relevância, pois os palestinos que viviam nos territórios recém anexados passaram a ter status de apenas residentes, criando-se assim uma distinção clara de direitos entre eles e os cidadãos (JARDIM, 2003).

Com relação aos assentamentos, eles constituem um outro instrumento ilegal por parte de Israel para garantia de sua expansão territorial. Os assentamentos são construções dentro da área da Cisjordânia dedicadas aos israelenses e protegidos pelo poder militar. Como muitos palestinos não tinham o registro das terras durante a colonização otomana e britânica, ainda que tivessem pago impostos durante décadas,

isso permitiu aos israelenses que a partir de 1968 interrompesse o processo de registros de terras, fazendo com que qualquer terreno não registrado pertencesse ao governo israelense.

Estima-se que há entre 600.000 a 750.000 assentados em território palestino atualmente, distribuídos em mais de 150 assentamentos e representando 46% do território da Cisjordânia. Em outros números, os assentados representam mais de 11% da população judaica<sup>22</sup>. De acordo com Tahhan (2017), “o maior assentamento, *Modi'in Illit*, abriga mais de 70.000 judeus israelenses na Cisjordânia ocupada o mega-assentamento tem seu próprio prefeito, assim como escolas, shopping centers e centros médicos.”

“Segundo a Quarta Convenção de Genebra, que define as proteções humanitárias para os civis capturados em uma zona de guerra, uma potência ocupante está proibida de transferir partes de sua população civil para o território que ocupa.” (TAHHAN, 2017)

Desde 1967 as demolições de residências palestinas passaram a ser recorrentes no território ocupado e já contabilizam por volta de trinta mil casos. Apenas em 2019 mais de 500 casas foram demolidas, 36% a mais do que os números de 2018, tendo em sua maioria a justificativa de falta de licenças para construção. Mais de 94% dos pedidos de licença foram negados entre 2000 e 2007 para a Área C.

“Israel demoliu punitivamente pelo menos 14 casas palestinas na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, o que deixou 36 pessoas, incluindo 15 crianças, desabrigadas, segundo a B'Tselem, uma organização israelense de direitos humanos. As demolições punitivas constituem punição coletiva e são proibidas pelo direito internacional.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019)

No contexto da guerra, os civis palestinos veem ameaças de ambos os lados, já que muitos acabam sendo vítimas de disparos, uso excessivo de força ou têm suas casas destruídas por bombardeios. O próprio Hamas faz um trabalho de opressão contra aqueles que se posicionam contra o governo ou as condições econômicas e sociais impostas. A Comissão Independente de Direitos Humanos, uma organização palestina de monitoramento, recebeu 138 denúncias de prisão arbitrária e 155 denúncias de tortura e maus-tratos contra as forças de segurança do Hamas até 30

---

<sup>22</sup>TAHHAN, Zena. Israel's settlements: Over 50 years of land theft explained. **Aljazeera**, 2017. Disponível em: <<https://interactive.aljazeera.com/aje/2017/50-years-illegal-settlements/index.html>>. Acesso em 10 Out 2020.

de setembro<sup>23</sup>. Aqueles que perdem suas casas, acabam ficando deslocados por anos.

Darweish (2010) faz uma relação do “Triângulo ABC” - o triângulo da violência -, criado por Johan Galtung em 1990, com o desequilíbrio de poder entre Israel e Palestina. O autor explica como a violência está moldada por três pilares interconectados: as atitudes, o contexto e o comportamento. A primeira representa os sentimentos e valores que servem como base justificativa para a opressão. Já o campo do contexto inclui as estruturas e o sistema que institucionalizam a desigualdade e controle por meio de leis, políticas e regulações. No que concerne ao comportamento, este seria a manifestação das infrações de direitos humanos advindas da união dos dois primeiros pontos.

É possível aplicar a relação do Triângulo da Violência no caso palestino-israelense quando se pensa na forma como cada uma das partes usa o campo das atitudes para justificar as ações tomadas. Israel no campo do contexto, construiu um sistema de leis e até mesmo moldou suas relações na comunidade internacional de forma a manter sua superioridade e o controle dos territórios que hoje estão sob seu controle, incluindo os anexados de forma ilegal após 1967.

"As atitudes da sociedade israelense em relação aos palestinos e vice-versa são baseadas em um conjunto de valores e percepções, tais como sentimentos de medo, falta de respeito, desconfiança, desumanização e estereótipos uns contra os outros. Tais valores ajudam a legitimar o comportamento violento ou as restrições por parte do Estado e a desencadear apelos por leis e regulamentos para legalizar tais ações contra a população palestina, enquanto que da perspectiva palestina justificam o recurso à violência contra Israel". (DARWEISH, 2010, p. 87, tradução nossa).

Mas assim como colocado por Darweish, ainda que as relações entre Palestina e Israel não sejam simétricas, as manifestações de medo, falta de confiança, ódio, desumanização e raiva são usadas como justificativas para as infrações dos direitos humanos. Segundo Abu-El-Haj (2014),

“três passos deveriam guiar qualquer entendimento: um reconhecimento mútuo dos direitos nacionais dos dois povos, resolução dos cinco principais pontos de conflito (Jerusalém, refugiados, colônias, fronteira e o estado palestino) e a conclusão de um tratado de paz que encerrasse definitivamente o conflito palestino-israelense.”

---

<sup>23</sup> ISRAEL e Palestina: Eventos de 2019. **Human Rights Watch**, 2020. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336702>> Acesso em 02 Out 2020.

Portanto, a resolução do conflito depende de um entendimento multidimensional da situação e dos direitos humanos de ambas as partes. Essa postura precisa ser adotada inclusive pelas organizações envolvidas que buscam a paz, para que dessa forma seja possível o fim da discriminação, opressão e suas consequências. Esse estudo propõe ainda mais um passo essencial para guiar o entendimento e resolução do conflito, além dos citados por Abu-El-Haj e que será tratado no próximo capítulo: a solução dos problemas que afetam diretamente a mulher palestina, inclusive em seu âmbito doméstico.

### 3 A MULHER PALESTINA

#### 3.1 CULTURA E TRADIÇÕES

Segundo dados do *Palestinian Central Bureau of Statistics* (PCBS) de 2020, dos 5,1 milhões de habitantes da Palestina, 49% são mulheres. O equilíbrio quantitativo na distribuição de gênero da população, entretanto, não é refletido na distribuição de direitos entre homens e mulheres.

Quando se fala de “cultura palestina”, refere-se ao conjunto de tradições que permeiam a vivência daqueles que vivem ou viveram na região da Palestina ou em terras que já foram parte dela. Sem embargo, uma análise aprofundada demonstra como a cultura palestina vai efetivamente ao encontro da árabe e muçulmana. É comum, portanto, que quando se estude a forma como a cultura palestina se manifesta, haja uma convergência com a análise dos costumes da população árabe e muçulmana.

A sociedade árabe atual é formada por tradições e costumes majoritariamente patriarcais. Entretanto, nem sempre foi assim. Saadawi (2007) aponta como na época da *Gahelia*<sup>24</sup>, período pré-islâmico, a sociedade era dividida de forma mais igualitária em relação às características matriarcais e patriarcais. A transição do poder econômico e religioso para os homens foi a grande causadora da transformação para o modelo que se vê atualmente e esse processo é comum em diferentes sociedades como apontado no primeiro capítulo.

“As mulheres árabes não perderam de repente sua independência e seus traços positivos de personalidade. Foi um processo gradual e lento relacionado às mudanças socioeconômicas ocorridas na sociedade, e elas lutaram muito para não perder seus direitos antigos. Algumas vezes elas foram bem-sucedidas, mas foi principalmente uma batalha perdida, terminando na completa predominância do sistema patriarcal”. (SAADAWI, 2007, p. 193, tradução nossa)

Desde a infância, a mulher palestina tem grande parte de sua educação voltada a ensiná-la modos para um futuro casamento. A sexualidade, vista como um tabu, assim como questões relacionadas à menstruação, acaba por fazer com que a mulher árabe sofra o que Saadawi aponta como supressão mental, sexual e física que a leva a se colocar num lugar onde espera a tomada de decisão masculina, postura

---

<sup>24</sup> A nomenclatura foi aquela adotada pela autora e não foi encontrada tradução do termo, portanto o conteúdo aqui foi transcrito na íntegra na forma como estava no idioma inglês.



imposta e esperada pela sociedade em que vive. O corpo da mulher árabe, em especial seu hímen que se intocado demonstra sua honra (OLIVEIRA, 2012; SAADAWI, 2007), representa um símbolo dos valores projetados no ser feminino.

Ainda segundo a autora, para que se possa conseguir um bom casamento, essa mulher comumente é incentivada e induzida a dar demasiada importância à sua estética, roupas e aparência física, algumas vezes deixando de lado seu desenvolvimento intelectual. Segundo Oliveira (2012), tradição, obediência, educação e recato são traços culturais próprios da cultura árabe e muçulmana.

Hamid (2009), em seu estudo com imigrantes e refugiadas palestinas vivendo no Brasil, insere o relato dessas mulheres sobre a importância da manutenção da cultura e tradições, ainda que distantes de sua terra natal, e como muitos desses aspectos estão atrelados ao gênero. Segundo a autora, para elas, “virgindade, casamento e família são as bases para a compreensão de como se veem e o que valorizam”.

“Seguir uma ‘cultura árabe’ implicava, por um lado, ser obediente e educada, respeitando as hierarquias familiares; por outro, indicava seguir certas prescrições de gênero, como não vestir roupas curtas, não namorar e casar-se apenas com palestinos. Com efeito, um dos principais ‘costumes’ acionados para criar uma diferenciação do ‘nós’ frente aos ‘outros’ envolviam certas regulamentações relacionadas ao gênero.” (HAMID, 2009)

Na literatura, a população e principalmente as mulheres árabes são refletidas de maneira distorcida por seus próprios autores, de forma a reafirmar esses padrões de hierarquia e dominação. Segundo Oliveira (2012), isso ocorre, pois, a religião muçulmana dentro da sociedade árabe leva à renúncia da individualidade, a fim de seguir e acreditar em seu líder, impedindo o posicionamento contrário às tendências homogeneizantes. As exceções são raras e frequentemente reprimidas.

“No caso de uma escritora que vive num país árabe, sua condição será ‘escrever em código’. E quando essa mesma mulher recusa fazer concessões, é inúmeras vezes alvo de uma série de acusações patriarcais” (OLIVEIRA, 2012)

Acompanhada desses costumes, surge uma grande ocorrência das manifestações de poder masculinas. Quanto mais presentes estão as imposições dos papéis de gênero e de sua performance, mais comumente veremos reafirmações dessas identidades na sociedade. Na Palestina há altos níveis de mulheres casadas que relatam casos de violência doméstica. Estatisticamente, segundo o PCBS, em

2019, 57% dessas mulheres relataram ter sofrido abuso psicológico pelo menos uma vez, enquanto 41% sofreram abuso econômico. Dentre essas, mais de 60% informaram nunca terem comentado o ocorrido com ninguém.

“Segundo o relatório de Pesquisa Internacional de Homens e Igualdade de Gênero (IMAGES, na sigla em inglês), um de cada cinco homens palestinos (17%) reconheceu ter cometido algum ato de violência física contra sua companheira, enquanto 21% das mulheres entrevistadas garantiram ter sido vítimas tal violência” (PALOMO, 2019)

O gênero na sociedade árabe palestina acaba por ser determinante para seu destino, muitas vezes sendo usado para colocar a mulher num patamar inferior em relação aos seus direitos e posição na sociedade. Na realidade, na Palestina, existem poucos mecanismos institucionais e legais para proteger as mulheres<sup>25</sup>. Segundo Santos (2014),

“a lei islâmica diferencia os direitos das mulheres dos direitos dos homens, no sentido de que a mulher é vista como dominada pela sua sexualidade e deve ser protegida e controlada pelo homem, que é mais poderoso mentalmente, fisicamente e socialmente do que a mulher.” (SANTOS, 2014, p. 212)

Diferentes estudos apontam o peso da diferença geracional na moldagem da identidade e comportamento da mulher palestina (AMAL, 2016; HAMID, 2009; et al). Ainda que haja uma cultura secular enraizada por princípios religiosos e patriarcais, há também uma divisão que se pauta nos contextos políticos vividos. A catástrofe de 1948 é vista quase de forma unânime como um divisor de águas para a formação da identidade da sociedade palestina e os eventos que ocorreram na sequência mudaram as circunstâncias que permearam e motivaram as suas mulheres.

Amal (1996) divide as gerações de acordo com três contextos: A crise palestina em 1948 - a *Nakba*, citada no segundo capítulo -, quando as mulheres passaram a se dedicar ao trabalho com sociedades carentes; a ascensão do nacionalismo árabe entre as décadas de cinquenta e sessenta, que abriu as portas para as mulheres lutarem ao lado dos homens; e a Guerra dos Seis Dias, em 1967, que refletiu na chegada das mulheres na liderança de movimentos políticos e de resistência na década de oitenta.

---

<sup>25</sup> Yara Hawari, analista do centro de reflexão palestino Al Shabaka, em entrevista ao El País. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/internacional/1567897149\\_836604.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/internacional/1567897149_836604.html)

As percepções das mulheres palestinas mudam de acordo com a geração que viveram e como foram impactadas por esses eventos. Algumas se tornaram refugiadas, sem terra ou passaram a viver em território dominado por Israel e isso lhes trará vivências muito diferentes dentro do mesmo conjunto de costumes e cultura. “Enquanto a primeira geração criou as suas famílias e realizou trabalho voluntário, a segunda geração incluiu jovens árabes que entraram nas universidades em número sem precedentes após meados da década de 1950.” (AMAL, 1996, p. 13, tradução nossa).

Observa-se que o papel e a posição da mulher palestina em sua sociedade tiveram uma mudança que acompanha o processo de ocupação israelense e desdobramentos do conflito. Seu status é quase metamórfico, sendo suas evoluções engatilhadas não só pela crescente necessidade da participação dessa mulher na luta nacionalista, como também da consequente abertura que veio para que ela pudesse exercer esse papel.

“É preciso reconhecer que tais divergências internas surgem porquê de fato não existe uma ‘tradição’ ou ‘cultura árabe’ cristalizada e imutável de onde se possam tirar manuais de comportamento e de interação. Ao contrário, elementos da ‘cultura’ são constantemente selecionados, modificados ou ressignificados à luz das interações no presente.” (HAMID, 2009)

Muitas das crianças palestinas e israelenses já perderam pessoas próximas e isso lhes desperta o sentimento de revolta ou indignação desde muito novas, além do fato de usualmente absorverem as crenças que são passadas pelas suas famílias, de acordo com o que viveram. Os palestinos têm conhecidos que morreram na Intifada e os israelenses, por sua vez, perderam conhecidos e parentes nos ataques terroristas. O documentário *Promessas de Um Mundo Novo* (2001), dirigido por B.Z. Goldberg, Justine Shapiro e Carlos Bolado, coloca uma lente sobre esse assunto, mostrando como desde jovens o contexto em que são inseridos será determinante para suas percepções sociais e políticas.

Atualmente, onze por cento das palestinas são chefes de família<sup>26</sup>, dado que é uma consequência direta das mortes e desaparecimentos dos homens durante as décadas de conflito e sua presença em movimentos de resistência, em especial na Segunda Intifada. Ou seja, essas mulheres foram forçadas a assumirem o papel de

---

<sup>26</sup>PCBS - Palestine Center of Bureau Statistics. **The Labour Force Survey**. Palestina, 2019.

provedoras de seus lares e se adaptarem a uma realidade muitas vezes traumática para elas.

“De acordo com o documento estudado, ao se tornar viúva repentinamente, a mulher palestina que, até então dependia financeiramente dos seus maridos, passou a ser a provedora de suas próprias famílias. A pouca experiência das mulheres ao mercado de trabalho, de uma maneira geral, fez com que essa transição fosse extremamente traumática, sob o ponto de vista psicológico.” (OLIVEIRA, 2012)

Por outro lado, nas últimas décadas, uma mudança na postura da mulher palestina, acompanhada das dinâmicas históricas e territoriais, fez com que a submissão à qual são em geral associadas já não fosse uma característica onipresente nos lares palestinos. Sharoni (1999) explica como a mudança na posição social das mulheres durante os tempos de crise é um acontecimento comum, devido à fluidez desses papéis e relações que surgem durante cenários de crise política, dando abertura para participação das mulheres neste meio.

Os movimentos nacionalistas que ganharam mais espaço nas décadas de cinquenta e sessenta adotaram e investiram no ensino público, criando escolas e universidades a baixo custo e bolsas por mérito (AMAL, 1996), o que impactou significativamente a questão educacional na Palestina, inclusive para as mulheres. A segunda e terceira gerações citadas por Amal demonstram um reflexo disso em suas posturas. Cansadas da resignação de seus pais e com influência dos modelos aos quais eram apresentadas na Universidade (Mao Tse-Tung e outros heróis do terceiro-mundo), essas mulheres acreditavam na revolução armada e mobilização popular para libertar a Palestina. Muitas por volta dos 20 anos não investiram em casamento, algumas postergaram essa ideia junto com a de ter filhos para poder entrar na universidade. Essas passaram a questionar a posição que ocupavam na sociedade e apontar traços de inconformismo e empoderamento. A mudança no papel das mulheres que hoje se vê na Palestina em comparação às décadas anteriores foi influenciada, portanto, por fatores políticos, econômicos, sociais e também ideológicos (SHARONI, 1999).

Em 15 de novembro de 1988 o projeto da Declaração de Independência Palestina reafirmou a igualdade entre homens e mulheres, proibindo de forma definitiva a discriminação entre gêneros. Desta forma, as mulheres passaram a ter ainda mais acesso a escolas e universidades (OLIVEIRA, 2012).

Atualmente, o nível educacional das mulheres palestinas está entre os mais elevados do Oriente Médio, com 13% de mulheres formadas em nível universitário, contra 9% dos homens, segundo o PCBS. Na verdade, a presença feminina nas instituições de ensino é superior à masculina desde as escolas primárias até as instituições de ensino superior (OLIVEIRA, 2012). Essas mudanças são determinantes para que essas mulheres progressivamente passem a buscar trabalho fora de casa, tornando-as mais independentes, mais respeitadas com seus corpos e mentes e menos aptas a se submeterem a valores morais impostos pela sociedade predominantemente masculina (SAADAWI, 2007). Observa-se que com o aumento dos níveis educacionais, há uma eventual queda nas taxas de natalidade, ainda que essa ainda seja bastante alta, e aumento na participação política e presença no mercado de trabalho.

“Teria sido inconcebível, nas cidades e aldeias paroquiais da Palestina pré-1948, encorajar, ou mesmo permitir, que as filhas procurassem educação - de fato, os filhos homens raramente tiveram tal oportunidade. Agora havia uma coexistência desconfortável de valores sociais conservadores e um interesse acrescido pela educação na sociedade palestina.” (AMAL 1996, p. 14, tradução nossa)

Universidades em Cairo, Damasco, Bagdá e Beirute se tornaram centros de ativismo estudantil e seus alunos e alunas tinham como fonte estudiosos como Marx, Lenin, Beauvoir, além de muitos outros pensadores e poetas árabes de grande relevância acadêmica. Segundo Amal,

“as gerações mais jovens tiveram mais sorte em ter a sua juventude durante uma época de expansão das oportunidades educacionais. Encontraram-se em ambientes universitários onde novos pensamentos foram explorados a uma escala nunca antes experimentada na história do mundo árabe.” (AMAL, 1996, p. 14, tradução nossa)

A relação dos níveis educacionais com a taxa de natalidade se observa com ainda mais precisão se são colocados em contraposição aos dados estatísticos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Como foi visto no segundo capítulo, a Faixa de Gaza ainda passa por níveis críticos de educação, saúde e segurança. Nessa região, a taxa de natalidade se mantém aproximadamente 20% mais alta do que na Cisjordânia, conforme observado em dados do PCBS entre 2011 e 2019. A taxa de fertilidade na Palestina se encontra entre uma das mais altas na região<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Al Jazeera's Harry Fawcett reports from the occupied West Bank.

Quanto à distribuição da força de trabalho, esse segue sendo um ambiente predominantemente masculino. Dados de 2019 do PCBS apontam que apenas 18% das mulheres aptas para trabalhar faziam parte da força de trabalho, contra 70% entre os homens. Como base de comparação, na média mundial, a porcentagem das mulheres empregadas ou buscando trabalho é de 51%<sup>28</sup>. Em adição, isso também se reflete na desigualdade da média salarial entre os gêneros, onde o homem tem uma média 25% superior em comparação às mulheres, segundo dados de 2015 do PCBS. O artigo 25 da Lei Básica Palestina, a constituição nacional, inclui uma garantia formal de igualdade nas oportunidades de emprego para homens e mulheres. Entretanto, como visto nos números, a teoria não reflete a prática.

Ainda que as mulheres estejam com um melhor acesso e melhores níveis educacionais nas últimas décadas, ainda há um domínio masculino nos ambientes de trabalho e obstáculos culturais ainda impedem que esse cenário seja alterado. Isso significa que os onze por cento de lares que têm mulheres como chefes de família acaba tendo grandes possibilidades de viver na pobreza.

As mulheres árabes passaram a trabalhar nas fábricas devido à demanda que surgiu após a Primeira Guerra, pois houve queda na disponibilidade da mão-de-obra masculina e as indústrias precisavam de alternativas para não fecharem, aponta Saadawi (2007). Naquela época, porém, devido às pressões sociais de que a mulher deveria cumprir seu papel doméstico e familiar, elas viviam em ameaça constante de serem demitidas caso ficassem grávidas ou de sofrer divórcio caso o marido se sentisse negligenciado. Segundo a autora, isso gerava um cansaço extremo nessas mulheres que eram repetidamente descartadas e substituídas por mulheres mais jovens. Essas mesmas mulheres, sentindo-se injustiçadas, serão as que irão criar as primeiras rebeliões no século XX, assim como será descrito mais adiante neste capítulo.

Atualmente muitas mulheres estão rompendo as limitações impostas pelas hierarquias de gênero da sociedade palestina, porém a manutenção da tradição e cultura árabe ainda é uma preocupação e prioridade presente entre grande parte dessas mulheres. Devido a isso, é comum que apontem o casamento como objeto central de suas vidas, estando estes vinculados a conceitos como virgindade e família.

---

<sup>28</sup> Al Jazeera's Harry Fawcett reports from the occupied West Bank.

A honra e a moral, portanto, ocupam seu lugar na vida dessas mulheres. A família para elas é considerada como uma instituição sagrada e a mãe tem o papel de transmitir a 'moral' para os filhos (HAMID, 2009; OLIVEIRA, 2012).

Há no centro dos valores palestinos, como forma de resistência, a preocupação com a manutenção da origem. Os casamentos dentro da comunidade atuam como uma arma política contra a dizimação de sua população e cultura palestina (OLIVEIRA, 2012). São usados como forma de cultivar tradições, costumes e a língua (HAMID, 2009). Por parte das organizações mais radicais, como o Hamas, isso ainda é levado como imposição, junto aos costumes mais restritos como o uso do véu, além do veto à participação da mulher em atividades públicas, para que se dediquem aos seus papéis tradicionais como esposas e mães (RUSANSKY, 2016).

A mulher palestina, portanto, não é única. Seus valores, motivações e cultura foram se transformando e se moldando em meio ao conflito histórico e transformações sociais. Ademais, em uma sociedade tão diversa e esparsa como a palestina é preciso analisar cada uma das suas variantes como um aspecto único que irá moldar continuamente o que são e o que almejam.

### 3.2 OS EFEITOS DA GUERRA PARA A MULHER PALESTINA

Assim como comentado no primeiro capítulo, para pensarmos a guerra por um viés feminista é necessário explorarmos mais adiante do conflito em si, das questões bélicas e militarizadas, adotando uma visão mais humanizada dos efeitos que o combate tem em sua população e, mais especificamente, em suas mulheres. Para Gobo e Santos (2015), há dois tipos de consequência para as mulheres palestinas: as diretas, como a guerra em si, ocupação e o patriarcado; e as indiretas, como pobreza e desemprego, sendo que estas últimas são pouco exploradas quando se discute os resultados dos conflitos na região.

Segundo Rusansky,

“distintos trabalhos que analisam a guerra através de lentes feministas enxergam as relações de gênero patriarcais como causa e consequência da guerra, porque tais relações predispõem sociedades à guerra e ao mesmo tempo a militarização e a própria guerra reproduzem essas relações de gênero.” (RUSANSKY, 2016, p. 18)

Para esta análise parte-se de algumas concepções - a primeira relacionada ao gênero, que, como visto nos capítulos anteriores e em especial na seção anterior sobre a mulher palestina, se manifesta por meio de relações assimétricas. Os efeitos do conflito e da violência, portanto, serão diferentes para homens e mulheres. A segunda é de que a vivência do conflito para uma mulher palestina e israelense será diferente, devido às questões políticas e econômicas que as permeiam, e a isso se deve a escolha de um único foco para este trabalho.

Ainda que o Estado de Israel tenha uma política relativamente mais democrática com relação às mulheres e seus direitos, mulheres judias ortodoxas têm pouca voz em seus casamentos e vida pessoal. Não obstante, assim como apontam Dolce e Labaki (2017), “Israel se privilegia constantemente de uma máscara ‘democrática’ em relação às questões de gênero para desumanizar e oprimir a população palestina”, sinalizando assim uma das diversas formas como o gênero pode ser usado como arma de conflito internacional.

“Como consta no relatório de 2005 da Amnistia Internacional, as mulheres palestinas dos territórios ocupados, após décadas de ocupação, encaram um desafio em três frentes: como membros da sociedade palestina que não possui um Estado próprio e vive sob uma ocupação que controla suas vidas; como mulheres que vivem em uma sociedade patriarcal; e como integrantes de uma nação submetida a leis discriminatórias.” (RUSANSKY, 2016, p. 33)

Kevorkian (2015) desenvolveu um estudo sobre a existência da política de parto na Jerusalém Ocidental ocupada, onde as mulheres nativas são vistas como ameaça para o objetivo de redução da população palestina em Jerusalém executado pelas tropas israelenses. Devido a isso, mulheres parturientes são vítimas de extrema violência militar, muitas vezes sendo sua passagem nos bloqueios para acesso à Jerusalém Oriental demasiadamente demorada ou impedida. Muitas mulheres têm seus filhos prematuros ou natimortos nas filas dos *checkpoints* ou até mesmo acabam perdendo a própria vida na espera da travessia. Para evitar passar por esse risco, é comum a opção do parto doméstico.

“Em 2005 o Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas denunciava que, entre setembro de 2000 e dezembro de 2004, 61 gestantes foram impedidas de ter seus filhos em hospitais: sua passagem foi barrada em postos de controle israelenses na Cisjordânia, Palestina ocupada em 1967. Tiveram seus filhos ali, o que resultou na morte de 36 dos bebês.” (MISLEH, 2019)

O impedimento ou atraso da passagem das mulheres grávidas nos *checkpoints* configura grave violação dos direitos humanos e reprodutivos das



mesmas, além da infração de diversas convenções internacionais (RUSANSKY, 2016). Relatos de abuso ou violência por parte dos soldados israelenses são comuns, muitas vezes chegando ao ponto de humilhação.

Como visto no segundo capítulo, a certidão de nascimento de Jerusalém é uma forma de regularização do status de cidadania para os bebês palestinos, porém ela muitas vezes é negada em meio ao processo burocrático para sua obtenção.

O terror presente na vida das gestantes limita sua circulação e reduz seu acesso aos recursos básicos como consultas médicas, medicamentos e exames. Para aquelas que vivem na Faixa de Gaza, o direito legal ao pré-natal é inexistente e cerca de 40% delas não têm acesso nenhum ao procedimento e nem ao acompanhamento pós-natal. Muitas vezes morrem por causas evitáveis como desnutrição, violência, complicações de parto, entre outras. Segundo Kevorkian (2015, p. 1190),

“pesquisadores identificaram uma série de razões para a mortalidade materna e os maus desfechos no parto em zonas de conflito, incluindo: a perturbação geral e deterioração dos sistemas básicos de saúde e de cuidados reprodutivos (Cottingham et al. 2007; Pederson 2009); falta de profissionais de saúde, especialmente em tempos de conflito sério, quando alguns são forçados a abandonar o trabalho (Petchesky, 2008); o direcionamento de infraestrutura de saúde durante guerras civis e conflitos (Kim e Fernandez 2009); os efeitos do trauma e da violência sobre a saúde geral das mulheres (Rehn, 2002) e a falta de condições básicas de saúde, como água limpa e saneamento (McGinn et al., 2004).”

Em seu estudo, a autora aponta que há um interesse latente do Estado israelense em tornar o cotidiano da mulher palestina ainda mais difícil, visando o objetivo biopolítico de impedir o nascimento palestino em Jerusalém. Essas mortes, porém, são contabilizadas de forma diferente daquelas dos homens, ou algumas vezes até silenciadas e marginalizadas.

No início do conflito em 1948, após a criação do Estado de Israel, as mulheres eram usadas como tática de expulsão, onde seus corpos eram violados e usados como exemplo da violência para expulsão dos povos de suas aldeias. Segundo Misleh (2019), naquela época foi relatado que pelo menos 31 aldeias registraram estupros e assassinatos entre as mulheres pelas milícias sionistas. O uso da violência de gênero como arma de guerra almeja a imposição do estado de terror e pode claramente ser vista como estratégia militar.

“A literatura demonstra que em contextos de guerra haveria uma associação entre território e corpo feminino, na medida em que a conquista territorial

costumaria ser seguida e expressa pela violação corporal. Para Segato (2004), esta funcionaria como uma linguagem ou um ato comunicativo que informaria sobre uma dupla dominação: superioridade masculina expressa no controle do corpo feminino e domínio irrestrito e totalitário sobre a localidade diante de seus pares e da população local. O amplo significado assumido pela violação sexual estaria no fato dela conjugar, em um único ato, a dominação física e moral do outro.” (HAMID, 2009)

Envoltas no trauma que já é natural em um contexto de militarização e da violência da guerra, a mulher palestina ainda está sob esta constante ameaça da humilhação e violação, o que lhe limita seu direito de ir e vir, dando até mesmo a entender que não é dela o controle sobre isso.

Após a *Nakba*, as mulheres grávidas sobreviventes ao processo de dominação e expulsão se configuraram como pertencentes à parcela mais vulnerável, e muitas desenvolveram traumas profundos e/ou sofreram sequelas. Segundo Oliveira (2012), é nessa época que se aponta um salto no índice de abortos de maneira alarmante, tendo entre seus motivos “a grande exposição diária a gases tóxicos e a exposição pessoal aos abusos contra a população civil”.

Outra prática comumente vista em Jerusalém é a transferência forçada, que vem ocorrendo desde 1967, visando a diminuição da população palestina na região. Para tal, os israelenses adotaram medidas como

“a revogação do status de residência de pelo menos 14.200 palestinos, negando a licença de construção de palestinos, demolindo casas palestinas e negando certidões de nascimento de recém-nascidos palestinos. Situadas como estrangeiros/invasores em suas próprias terras nativas, uma população demograficamente indesejável e os reprodutores de palestinos, mulheres palestinas (e seus filhos nascituros ou não nascidos) são especialmente vulneráveis por tais políticas” (KEVORKIAN, 2015, p.1189)

A demolição de casas palestinas é um ato comum, como registrado no segundo capítulo. As mulheres, como sendo aquelas que passam mais tempo em casa - dado conectado diretamente ao desemprego e à pressão dos fatores culturais -, com frequência são as que veem seus lares serem destruídos (RUSANSKY, 2016). Em 2014, segundo o relatório da HRW<sup>29</sup>, mais de 500 casas palestinas foram demolidas pelos israelenses, desalojando aproximadamente 1.200 pessoas. Seis

---

<sup>29</sup> ISRAEL e Palestina: Eventos de 2014. **Human Rights Watch**, 2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2015/country-chapters/268109>> Acesso em 03 Abr 2021.

anos depois, segundo relatório da mesma organização<sup>30</sup>, os números se mantêm na mesma média.

Dados apontam como o desemprego é uma sombra na vida dessas mulheres. Em 2019, os homens representaram três vezes mais da força de trabalho e a taxa de desemprego entre as mulheres foi de aproximadamente 35,4% (mais que o dobro do que o calculado entre a população masculina - 17,3%)<sup>31</sup>. As análises indicam que esses dados são orientados pela questão cultural, mas também sofrem grande impacto pelo fato de que essas mulheres muitas vezes não se sentem seguras para sair de casa e buscar emprego. Segundo Oliveira (2012), a Primeira Intifada foi um momento de realce das disparidades laborais e salariais - as mulheres passaram a ter menor espaço no mercado de trabalho e também a receber menos.

Não se pode deixar de relacionar os dados de violência doméstica apontados na seção anterior com o contexto do conflito. Tickner (1992, 2001) e Enloe (2012), assim como analisado no primeiro capítulo, apontam essa relação direta da violência doméstica com a militarização, e a forma como o ambiente de guerra leva ao aumento desses índices, devido ao enraizamento das questões de masculinidade e performance de gênero. Ostrowitz se inclui na lista de autoras que enfatizam a forte relação dos territórios ocupados com a violência doméstica, comentando como “um soldado que serve na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e aprende que é permissível usar a violência contra outras pessoas é suscetível a trazer a violência ao lar” (OSTROWITZ, em entrevista com SHARONI, 1990 apud RUSANSKY, 2016, p. 32).

Por outro lado, há as mulheres que participam ativamente do conflito e também são afetadas de maneira diferente quando em comparação aos homens. Quando detidas, muitas vezes essas mulheres sofrem formas de tortura ou humilhação. Segundo Oliveira (2012), as mulheres detidas durante a Primeira Intifada tiveram os maiores registros de violação de direitos humanos, abusos sexuais por parte dos carcereiros, tortura e, quando grávidas, muitas foram obrigadas a realizarem

---

<sup>30</sup> ISRAEL e Palestina: Eventos de 2020. **Human Rights Watch**, 2021. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/country-chapters/377381>> Acesso em 03 Abr 2021.

<sup>31</sup> Dados do banco estatístico da Organização Internacional do Trabalho (OIT) referentes ao ano de 2019.

o parto dentro de suas próprias celas, expostas a um alto estado de insalubridade, que as levaram a ter infecções ou abortos.

Oliveira (2012) aponta como nos territórios ocupados, durante as piores fases do conflito, o índice da taxa de natalidade disparou e o nível de fertilidade das mulheres palestinas passou a estar entre um dos maiores do mundo. A região da Faixa de Gaza passou a ser o território com a maior densidade populacional do planeta.

Pode-se analisar esse fato sob duas perspectivas já citadas neste estudo. A primeira é quando se observa a importância que a população palestina dá à manutenção de suas raízes e construção de uma comunidade para consolidação de sua língua e cultura. A ameaça de sua dizimação, separação e extinção de suas tradições traz consigo um movimento de resistência que vem por meio da geração de novos descendentes que irão carregar essa cultura e garantir sua perpetuação. A segunda visão está alinhada com fatores mais conectados ao espaço e questões socioeconômicas, pois como visto anteriormente, os níveis de educação e taxa de natalidade estão conectados um ao outro. Com a destruição de escolas, isenção do acesso a estruturas próprias de educação e socialização, a balança se desequilibra para o outro lado, fazendo com que essas mulheres acabem se dedicando mais às questões familiares e a gerar e cuidar de seus filhos.

Os deslocamentos forçados, a perda de casas e a falta de acesso a estruturas básicas de sobrevivência, entre outros diversos fatores, geraram um fluxo migratório palestino intenso a partir do final da década de quarenta. Oliveira (2012) e Hamid (2009) apontam um dado interessante sobre esse processo que é o fato de que há um predomínio de imigrantes palestinos do sexo masculino. De início, as migrações foram exclusivamente masculinas, pois estes homens viam o processo como algo temporário e iam para outras regiões ou países na busca de melhores condições para suas famílias, enviando recursos para suas esposas e filhos a partir do lugar onde se instalavam.

O processo migratório das mulheres palestinas só realmente se iniciou quando esses homens passaram a ver sua mudança como algo definitivo e voltaram para então buscarem suas mulheres e o restante de sua família, pois estas raramente viajavam sozinhas. Para essas mulheres, entretanto, assim como indicado por Hamid

(2009), a ascensão econômica de seus pais ou maridos ou a situação social na Palestina não foram grandes motivadores para seu deslocamento e sim a guerra e a ocupação em si.

Assim como apontado por Tickner (1992), no primeiro capítulo, diversas leituras sobre a ocorrência e efeitos dos conflitos acabam permanecendo apenas no âmbito Estatal, não envolvendo questões individuais e do âmbito doméstico em suas análises. Porém, diferentes exemplos demonstram como diariamente a mulher palestina é afetada pelo simples fato de viver em um ambiente permeado pelo conflito e é preciso levar isso em consideração antes de pensar em qualquer possibilidade de solução.

### 3.3 A RESISTÊNCIA DA MULHER PALESTINA

Ainda que o olhar feminista ocidental insista na visão da mulher palestina apenas como vítima, colocando-a em uma posição exclusiva de submissão, um estudo mais aprofundado revela a participação secular das mulheres nos conflitos e resistência à opressão não só patriarcal, mas também colonizadora.

Saadawi (2007) relata a existência de mulheres na linha de frente das batalhas pré-islâmicas, ao lado de Mahomet, há mais de 1300 anos, como Nessiba Bint Kaab. Naquele período, a mulher ainda tinha muita influência nas decisões políticas.

Ao final do primeiro capítulo deste estudo foi analisado como o feminismo não ocidental alia a luta anticolonialista ao combate à opressão de gênero. Isso se deve ao fato de que as relações de poder de gênero se encaixam em contextos de dominação colonizadora e nacionalistas, assim como apontado por Marteu (2012). Segundo a autora, essa correlação e interdependência levou as mulheres dentro de seus movimentos a desenvolverem um discurso que redefine os termos e desafios, contextualizando sua luta e práticas.

"Uma tendência antiga do feminismo ocidental tem sido a de rejeitar o nacionalismo como uma estrutura emancipatória. [...] Em contraste, os feminismos nativos no Oriente Médio tenderam a se consolidar através da politização das mulheres nos movimentos anticoloniais e de libertação nacional". (JACOBY, 1999, p. 513, tradução nossa)

Quando se fala do movimento de mulheres ou do feminismo palestino, segundo Gobo e Santos (2015), trata-se de uma pauta dupla, que representa a luta nacionalista e de resistência e também pelos direitos das mulheres e feministas<sup>32</sup>, de forma simultânea. Nos territórios ocupados, a motivação anticolonialista é ainda mais forte para essas mulheres.

“Como uma minoria etno-confessional, desenvolveram um feminismo abertamente anticolonial definindo-se como parte integrante do povo palestino sob ocupação israelense.” (MARTEU, 2012, tradução nossa)

A inserção das mulheres na luta nacionalista estava condicionada à recuperação de seus direitos de participar do domínio público e privado, mais além dos direitos individuais. Isso colocou em cheque algumas questões como a preservação integral dos costumes na realidade dos territórios ocupados (GOBO e SANTOS, 2015). Para Jacoby (1999) existe uma contradição entre a emancipação feminina e a autoridade nacionalista, já que muitos dos princípios dessa última estão norteados por conceitos patriarcais. Segundo a autora, forças nacionalistas e religiosas tentaram constantemente manter a atuação das mulheres limitada a papéis construídos como femininos (como cuidados dos filhos e serviços sociais).

Esses movimentos inicialmente surgem dispersos e sem territorialização e posteriormente irão passar por processos de amadurecimento, criando diferentes identidades e focos para sua luta. Gobo e Santos (2015) dividem o feminismo palestino em três variantes: as feministas seculares, que têm entre suas pautas a igualdade de gênero, acesso à educação e representatividade nacional e no governo local - estas se aproximam do modelo liberal democrático; as feministas muçulmanas, que têm como objetivo reinterpretar a estrutura islâmica em favor de formas mais igualitárias de gênero; e as feministas fundamentalistas, que buscam identidade cultural mais autêntica - algumas das mulheres que adotam essa vertente são militantes de movimentos como o Hamas.

Santos (2014) afirma que a luta do segundo grupo (feministas muçulmanas) está voltada para o resgate dos direitos iguais presentes nas primeiras interpretações do Corão, sem ferir os princípios religiosos. Segundo citação da autora, as feministas

---

<sup>32</sup> A diferenciação dos movimentos de mulheres e movimentos feministas é presente em diferentes bibliografias e no discurso de ativistas. Para mais detalhes sobre esse debate, veja Elisabeth Marteu (2011).

islâmicas almejam uma “releitura dos textos sagrados sob perspectiva feminina” (MARQUES, 2010, p. 1 apud SANTOS, 2014, p. 2013) e a erradicação de “ideias patriarcais endossadas como islâmicas - por terem sido naturalizadas e perpetuadas - e de recuperar a ideia central do Islã de igualdade de gênero” (SANTOS, 2014, p. 213). Marteu (2012), por sua vez, expressa uma crítica em relação às fundamentalistas pelo fato de não se posicionarem firmemente em relação às interpretações sexistas do Corão.

“As lutas pela interpretação (*ijtihad*) do Islã desempenham um papel importante na formulação de discursos políticos de direitos. As mulheres têm vários debates "confrontados, contestados e assimilados" em torno da Xaria como um meio de avaliar o significado e o significado da religião em suas vidas.” (WILLIAMS, 1996, p. 4 apud JACOBY, 1999, p. 516)

Marteu (2012) ainda ressalta a existência de um quarto grupo, o das feministas LGBT. Um movimento ainda muito pequeno, mas que segundo a autora é o único que aborda as questões de identidade de gênero e das restrições heteronormalizadas em sociedades misóginas e militarizadas onde a religião ocupa uma posição central.

O formato de mobilização das mulheres palestinas que se vê atualmente surgiu por meio dos movimentos nacionalistas na década de oitenta, mas essas mulheres já vêm se organizando de forma independente ao Estado e às forças militares desde antes da criação do Estado de Israel. Segundo Marteu (2012), na Palestina e Israel, os movimentos feministas nasceram tanto a partir de processos socioeconômicos locais ou regionais, como também de movimentos migratórios e circulatórios transnacionais no século XX. Ou seja, os feminismos palestino e judaico são produto das trajetórias sociais híbridas e interseccionais, e nunca desassociados das questões nacionais, étnicas e de identidade.

As mulheres árabes foram pioneiras nos protestos contra os primeiros assentamentos sionistas no século XIX (MISLEH, 2019), que já eram uma manobra de limpeza étnica para estabelecimento de um Estado exclusivamente judeu na Palestina. Marteu (2012), Gobo e Santos (2015) e Misleh (2019; 2020) discorrem sobre a mobilização política das mulheres israelenses e palestinas no século XX sob o domínio do Império Otomano e depois sob o Mandato Britânico. Nessa época, as mulheres palestinas lutavam pela abertura de escolas para educar meninas, visando a organização social nos setores social e de caridade. No período, mulheres

organizaram grandes marchas e comitês populares, além de recolher fundos para assistência às famílias dos mortos e prisioneiros e auxiliar no transporte de insumos básicos e armas. Com o início do Mandato Britânico, elas começaram a reivindicar sua participação na construção de uma nação, com um movimento dinâmico e ativo contra as crises da época.

As organizações de mulheres que surgiram no século vinte focavam em causas voltadas muito mais à libertação individual (AMAL, 1996; SAADAWI, 2007). Em sua maioria eram mulheres ricas, cujas motivações eram diferentes das de mulheres pobres e trabalhadoras. Esses movimentos, entretanto, aproximaram as mulheres em busca da igualdade e despertaram o desejo por se voluntariarem.

“Nesse contexto, é fundamental compreender como a ausência de um Estado palestino não impossibilitou a organização das comunidades em diáspora. Ao contrário, a “Causa Palestina”, como minhas entrevistadas a chamam, as motivou a formar grupos folclóricos, a participar de passeatas e a montar grupos de discussão, propiciando o fortalecimento identitário.” (HAMID, 2009)

Em 1921 é constituída a primeira Associação de Mulheres Árabes-Palestinas<sup>33</sup>, por meio da qual foram organizados congressos para alinhar a movimentação das mulheres em meio ao cenário político, com a crescente colonização sionista. Sua primeira ação foi por meio do I Congresso de Mulheres Árabes a favor da causa nacional (AMAL, 1996). Essas também organizaram protestos contra o Mandato, a colonização sionista e a Declaração Balfour (GOBO e SANTOS, 2015; MISLEH, 2020).

Tanto nos movimentos do começo do século como nos próximos à sua metade (até 1947), o ponto em comum que uniu essas mulheres foi a sobrevivência da nação palestina (GOBO e SANTOS, 2015). Alguns nomes se destacam como o de Fatma Khaskiyyeh Abu Dayyeh, que esteve no comando local de armazenagem das armas dos revolucionários de 1936 a 1939. Entretanto, havia ainda pouca participação das mulheres no conflito direto.

A *Nakba* representou uma grande mudança na realidade e no papel da mulher palestina. Como já comentado, a geração de mulheres a partir dessa época aderiu a uma nova definição do que era político (AMAL, 1996). Em 1947 surge a primeira brigada feminista palestina, a *Zahrat Al-Uqhuwan* (“Flores de Crisântemo”, tradução

---

<sup>33</sup> Também nomeado em algumas referências como “União de Mulheres Árabes-Palestinas”.



nossa), fundada pelas irmãs Nariman e Moheeba Khorsheed. Elas tinham como objetivo lutar contra a expansão das forças sionistas nos territórios palestinos e se colocaram na linha de frente contra a expropriação de terras (MISLEH, 2019).

Muitos dos movimentos nacionalistas de mulheres nesse momento passaram a estar conectados com a OLP, sendo esses as primeiras manifestações do que algumas décadas depois seria definido como o feminismo palestino, representando a junção das questões de gênero e nacionalismo (MARTEU, 2012). Esses movimentos se organizavam por meio de associações de caridade, assim como na década de vinte, e ainda eram mais esporádicos, mais ativos em momentos de crise. Segundo Amal (1996), pouco irá mudar nessa configuração até a criação do MNLP na década de sessenta.

O ponto de inflexão ocorreu em 1965 quando foi criada a União Geral das Mulheres Palestinas (GUPW) e a Associação das Mulheres Palestinas (PWA), ambas partes da OLP (AMAL, 1996; MARTEU, 2012; MISLEH, 2019; 2020; RUSANSKY, 2016). Ainda que a GUPW atuasse mais como uma associação assistencialista, limitada à assistência social e aos cuidados da saúde, representou a inserção formal destas mulheres (ainda vindas de classes privilegiadas) dentro de uma das maiores organizações políticas palestinas. Muitas esposas de membros do *Fateh* foram inseridas dentro do movimento e começaram a trazer outras mulheres para participarem (AMAL, 1996). Nesse mesmo ano também surge a associação *Ina'sh al-Ustra*, presidida por Samiha Khalil, que oferece cursos profissionalizantes para mulheres (AMAL, 1996). Segundo Amal (1996), Khalil foi por muitos anos a grande representante dos movimentos das sociedades femininas na Cisjordânia e apoiou abertamente a OLP.

A atuação do MNLP ofereceu às mulheres a possibilidade de se mobilizarem, alcançando até mesmo mulheres fora do contexto urbano, nas vilas rurais ou campos de refugiados (AMAL, 1996). Dois anos depois da criação da GUPW, durante a Guerra dos Seis Dias, ocorreu a erupção da participação das mulheres nos movimentos nacionalistas. Durante o conflito, a militante Leila Khaled participou do sequestro de aviões em troca de prisioneiros políticos e colocou em evidência a causa palestina (MISLEH, 2020).

Na década seguinte, a ascensão dos movimentos estudantis aumentará significativamente a mobilização política das mulheres, tendo como consequência um alto nível de engajamento feminino na luta nacionalista ao final dos anos setenta e criação de diversas associações voltadas exclusivamente para os problemas das mulheres (MARTEU, 2012). Um dos exemplos foi o *Women's Work Committee* (WWC), que de 1978 a 1981 reuniu militantes e estudantes do Ramallah, que começaram a se debruçar sobre a importância de questões como o trabalho das mulheres, em especial na área da agricultura, mulheres estudantes e donas de casa (HILTERMANN, 1991, p. 132 apud MARTEU, 2012). Na década de oitenta, esse grupo passa a se voltar para a luta pelos direitos das mulheres, para “promover a emancipação das mulheres palestinas no contexto da luta coletiva pela libertação dos palestinos” (MARTEU, 2012, tradução nossa).

Segundo Amal (1996), quando as mulheres começaram a se mobilizar, elas iniciaram uma economia entre si, oferecendo alternativa e uma formação que lhes possibilitasse trabalho e conseqüentemente mais engajamento. Seu objetivo estava centrado em devolver honra e orgulho às famílias palestinas.

Após a expulsão da OLP do Líbano, o movimento tinha um vazio em sua liderança causado pela deportação, morte ou prisão de muitos de seus homens. As mulheres, então, preencheram esse espaço, organizando greves em massa, providenciando assistência médica aos feridos e suas famílias e buscando maneiras para manutenção das instituições educacionais, que haviam sido fechadas por Israel. Elas assumiram a liderança no âmbito governamental e as respectivas causas associadas a ele. Entre outras medidas, houve criação de cooperativas de mulheres para empoderá-las economicamente, já que muitas assumiram o papel de provedoras da casa.

“Cada grande facção palestina formava um comitê de mulheres, disfarçado de um grupo doméstico de mulheres. Como era ilegal ser membro de qualquer partido político e união estudantil, esses comitês de mulheres exigiam reuniões de tricô, costura e cozinha em público, mas secretamente suas reuniões consistiam em planejar a Intifada.” (GAZDO, 2018, tradução nossa)

Com isso, foi durante a Primeira Intifada que o empoderamento feminista passou a ser observado entre as mulheres palestinas e o movimento atingiu seu real potencial - processo que já vinha ocorrendo em Israel desde o final dos anos setenta

(MARTEU, 2012; RUSANSKY, 2016). Alguns de seus núcleos desenvolveram uma posição crítica em relação ao movimento nacionalista. “Foi acordado que as mulheres palestinas tinham começado a trabalhar para a sua própria emancipação, participando na resistência do seu povo” (GIACAMAN e JOHNSON 1989 apud MARTEU, 2012, tradução nossa).

Rusansky (2016) aponta como a partir desse momento essas mulheres passaram a ter mais liberdade para suas ações, como por exemplo, a criação de sistemas educacionais clandestinos. As medidas a princípio foram mal vistas pelos homens, mas posteriormente foram entendidas como um movimento que era parte da causa nacional. Sharoni (1999) em seu artigo faz uma revisão de diversas obras literárias que cobrem os acontecimentos históricos na Palestina e Israel a partir da Intifada. Um dos livros analisados é *Three Mothers, Three Daughters* de Gorkin and Othman (1996), que traz o relato de Samira, uma refugiada palestina. Segundo comenta a autora,

“Samira argumenta que ‘de certa forma a Intifada contribuiu mais para as mulheres do que as mulheres contribuíram para ela’ porque ‘sob o disfarce de uma luta nacional... as mulheres puderam deixar os seus lugares tradicionais [e] tornar-se mais livres agora do que alguma vez foram antes.’” (SHARONI, 1999, p. 492, tradução nossa)

Há uma clara conexão entre o aumento do ativismo feminino com a atmosfera geral de mudanças trazida pela Intifada. As mulheres passaram a demandar a participação pública no levante palestino (DAJANI, 1994, p. 38, apud RUSANSKY, 2016, p. 38). Esses ativismos passam a também se estabelecer por meio de diálogos transnacionais, até mesmo com mulheres israelenses, que se juntaram às mulheres da Palestina para organizar conferências e elaboração de projetos (POWERS, 2006 apud RUSANSKY, 2016). Entretanto, assim como apontado por Sharoni, as mulheres palestinas não viram a Intifada realmente como um momento para criar uma unidade entre as duas partes, mas sim como uma possibilidade de gatilho para uma transformação radical nas visões das mulheres judias, algo que ao final não foi concretizado em sua maioria.

O número de mulheres encarceradas passou de centenas registradas nos anos setenta para milhares nos anos oitenta e uma grande parte destas foram prisioneiras políticas. Entre as baixas da Primeira Intifada,  $\frac{1}{3}$  foi de parcela feminina (MISLEH, 2020), resultado do maior envolvimento das mulheres no conflito direto.

Até os anos oitenta, os feminismos palestinos pouco entravam na questão das relações de poder, o que estava atrelado ao fato de que muitas das mulheres envolvidas nessas discussões ainda eram parte de uma minoria elitizada, educada e politizada. Com a Intifada, Marteu (2012) comenta como dentro das universidades, começaram a ser discutidos temas considerados tabus como violência contra mulher e leis discriminatórias de status pessoal.

Os movimentos de mulheres dentro ou fora dos territórios ocupados passaram a se organizar de forma mais técnica, assalariada, atuando com foco nas questões de gênero e empoderamento. Em adição, os anos noventa e a Guerra do Golfo trouxeram crises com as lideranças políticas, já que essas mulheres se recusaram a abrir mão de seus direitos após o estabelecimento da ANP.

O início do novo milênio, entretanto, levou essas mulheres a um movimento de retrocesso consequente da Segunda Intifada e avanço das ocupações. As mulheres voltaram a ser mais dependentes dos homens devido a exigência da presença masculina para muitos processos como a aplicação para um passaporte da Autoridade Palestina (GAZDO, 2018), perdendo assim parte de sua liberdade. Rusansky (2016) também destaca como o fato de essa segunda disputa, diferentemente da primeira, ter sido essencialmente armada, gerou a exclusão das mulheres que em sua maioria não tinham acesso ao material bélico. O fracasso das tentativas de consolidação da paz e fim do conflito enfraqueceram ou acabaram por completo com algumas das medidas conjuntas israelenses e palestinas.

“As coalizões tiveram dificuldade em chegar a acordo sobre certas questões sensíveis, especialmente o boicote a Israel, que é claramente apoiado por mulheres palestinas de Israel e dos territórios ocupados, mas rejeitado por mulheres israelitas judias.” (MARTEU, 2012, tradução nossa)

Ainda assim, movimentos não violentos de coalizão como o *Women in Black*<sup>34</sup> e *Machsom Watch*<sup>35</sup> existem até hoje, desenvolvendo diálogos entre mulheres palestinas e israelenses e criando uma forma de reação à violência que as permeia, ademais de diversos movimentos de mulheres e feministas palestinos que continuam a se fortalecer nas últimas décadas, porém com novas estratégias, como a atuação internacional. Além disso, Marteu (2012) aponta como as ações de Bush nos Estados

---

<sup>34</sup> Para mais informações, acessar: <http://womeninblack.org/about-women-in-black/>

<sup>35</sup> Para mais informações, acessar: <https://machsomwatch.org/en/about>

Unidos nos anos 2000 também criaram uma oposição feminina às injeções neocoloniais e democratizantes do Projeto Grande Oriente Médio, dando origem a líderes entre as mulheres árabes e muçulmanas.

“Com o advento da cultura de resistência nacional, cada vez mais mulheres passaram a integrar integralmente e ou parcialmente a esses programas, representados sob diversas formas, quais sejam, na presença marcante nas manifestações de rua, *sit-ins* e nas realizações de petições (de diversas finalidades). Ainda é possível depararmos com muitas mulheres que se filiaram aos partidos políticos e que participam ativamente das decisões políticas debatidas, principalmente durante os processos de paz em prol da proclamação de um Estado palestino livre e soberano.” (OLIVEIRA, 2012)

Em 2014, o aumento exponencial da violência e número de mortes do conflito, resultado da investida das Forças Armadas de Israel na Faixa de Gaza motivou a criação do *Women Wage Peace*<sup>36</sup> (RABAY, 2017). A organização não-governamental e apartidária reúne mais de 43 mil mulheres<sup>37</sup> de diversas orientações políticas e religiosas, tanto da Palestina quanto de Israel para demandar um acordo de paz na região. Elas organizam reuniões e marchas para discutir medidas e criar uma rede de fortalecimento. Em 2017, a Jornada pela Paz reuniu mais de cinco mil mulheres durante duas semanas e a partir dela foi decidida a criação de um “parlamento alternativo” com 120 integrantes, representando todas as mães e filhas do conflito. A ideia é que a partir deste parlamento possam ser desenvolvidas propostas a serem apresentadas no Knesset (parlamento oficial de Israel) para acordos de paz.

Em setembro de 2019, milhares de mulheres palestinas foram às ruas, dando surgimento ao *Tal'at*, movimento feminista palestino. Os protestos se posicionavam contra a crescente violência de gênero - feminicídio, violência doméstica, sexismo velado e exploração sexual.

"*Tal'at* pressiona ativamente contra a maré de fragmentação geográfica, política e social que envolve a paisagem palestina, um processo acelerado com o processo de construção de estados neoliberais consolidado pelos Acordos de Oslo de 1993". (MARSHOOD, 2020)

O feminismo anticolonial formado pelas mulheres árabes representa sua resiliência e capacidade de criar métodos alternativos de segurança, ainda que sem apoio ou proteção do Estado. Na Palestina, ainda que com poucos mecanismos institucionais ou legais para proteção das mulheres, nomes como Leila Khalid, Fatima

<sup>36</sup> Tradução livre: “Mulheres Conduzem a Paz”

<sup>37</sup> Fonte: [womenwagepeace.org](http://womenwagepeace.org)

Bernawi, Amina Dahbour ou Shadia Abou Ghazala não se apagam de uma história de resistência.

Como visto, inicialmente não havia distinção entre movimentos nacionalistas de mulheres e movimentos feministas, mas esses foram se moldando conforme suas integrantes ganharam mais autonomia através das décadas. Ainda que haja registro da participação das mulheres no conflito armado e muitos nomes de mulheres guerrilheiras se destaquem historicamente, de forma geral foi observado como as organizações que agem por meio de recursos não violentos e recorrem para o diálogo e empoderamento feminino por meio da educação foram as que mais ganharam relevância nacional e internacional e continuam a agir até a atualidade. O estudo de Erica Chenoweth e Maria J. Stephan realizado de 1900 a 2006, mostra que esse êxito é parte de um padrão observado cientificamente (GAZDO, 2018), que demonstra como movimentos liderados por mulheres são mais suscetíveis a alcançarem seus objetivos, pois essas tendem a escolher formas não violentas para suas táticas, que por sua vez são quase 100% mais eficientes do que campanhas violentas.

“Entretanto, não existem evidências que associem as mulheres e a paz por questões biológicas ou naturais. Apesar disso, é possível observar que em distintas sociedades é grande o número de mulheres que se opõem às guerras e se envolvem com a promoção da paz. Globalmente há mais mulheres nos movimentos de paz do que homens, e frequentemente as mulheres envolvidas em promoção da paz atuam em nome de seu gênero.” (GOLDSTEIN, 2001, RUSANSKY, 2016, p. 19)

Por fim, ainda que nem todos os movimentos de mulheres carreguem as questões de gênero em seu discurso, seu motor é movido pela solidariedade entre suas participantes. Diversos fatores irão influenciar a forma como se comporta essa mulher em meio a um ambiente de violência histórica, sejam eles geracionais, econômicos, culturais, religiosos, entre outros. Há uma flexibilidade e adaptabilidade da mulher palestina para reagir dentro do que cada contexto lhe permite, e o ponto de convergência entre cada um é o impulso pela sobrevivência da nação palestina e de sua cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo objetivou responder a três questões. A primeira refere-se à percepção da mulher palestina em relação ao conflito; a segunda em relação ao papel executado nele; e a terceira em relação à importância e impacto dessa atuação.

Para respondê-las foi escolhida a abordagem feminista da Segurança Internacional, entendendo que essa vertente fornece lentes mais adequadas que tornam possível uma análise mais robusta. Dentro dessa abordagem, destaca-se a contribuição de autoras como Tickner e Enloe, que reforçam a importância de analisarmos o conflito internacional por meio de seus indivíduos, em seu âmbito doméstico, entendendo que os impactos são transformados em meio às relações de poder, em específico às que concernem ao gênero.

Observa-se como a sociedade palestina se moldou aos desdobramentos do conflito com o Estado de Israel ao longo das décadas. Sua história coincide com a história de sua luta e assim foi também para suas mulheres. Seu empoderamento acompanhou a evolução dos acordos e desacordos no território, assim como também seu nível de liberdade, seus direitos e seu acesso à educação e ao mercado de trabalho. A guerra trouxe na vida dessas mulheres o terror da violência sexual e doméstica. Elas viram seu corpo transformar-se em uma arma na mão de militares e seu poder de decisão muitas vezes ser sujeito às decisões políticas.

Muitos dos estudos analisados destacam a participação da mulher árabe na luta nacionalista e também em movimentos próprios a partir da *Nakba*. Entretanto, aqui buscou-se ressaltar como essa organização das mulheres antecede a esse ocorrido. Ainda que até a década de oitenta os movimentos de mulheres ainda fossem majoritariamente comitês assistencialistas e de caridade, estes foram base para que essas mulheres viessem a se movimentar posteriormente, além de já demonstrarem o ímpeto de reagir em meio à dominação colonialista no início do século XX. Para essas mulheres, os seus objetivos dentro do conflito estão voltados para a conquista de uma nação palestina e a sobrevivência de suas tradições.

Dentro da construção dos papéis de gênero, as mulheres foram historicamente reservadas ao papel de submissas, fracas, aquelas que precisam de proteção. Mais além, as contradições presentes na luta nacionalista e emancipação de gênero tornaram a mudança do papel dessas mulheres dentro da luta palestina um processo lento. Elas atuaram por décadas dentro do espaço que lhes era permitido,

criando redes de apoio, profissionalização, educação e uma economia própria. Seu fortalecimento fez com que na segunda década do século XX fosse inevitável reconhecer sua participação dentro da luta nacionalista, ainda que posteriormente essa atuação viesse a passar por diversas mudanças.

Ainda que, como foi visto, características como pacificidade não façam parte de nenhum fator biológico atrelado às mulheres, pode-se ver como em geral estas optam por medidas de conciliação para resolução dos conflitos, ao invés do combate direto. Essas características são definidas pelos papéis de gênero na sociedade patriarcal que as oprime e marginaliza. A constante atuação das mulheres palestinas, seja em movimentos nacionalistas ou feministas, é essencial para dar luz aos problemas em geral ignorados no âmbito estatal e internacional e garantir que elas tenham direito ao prosseguimento de suas vidas e proteção de seus corpos em um contexto que não lhes favorece. A luta da mulher palestina tem um traço muito forte de partilha no âmbito das ideias e objetivos. Elas lutam pela emancipação de todas e também de sua nação.

Por fim, conclui-se que nenhuma proposta de solução de paz será eficiente se não considerar a emancipação de suas mulheres, pois essas são direta e indiretamente atingidas, e por meio delas se pode ver as diferentes frentes pelas quais se deve atuar para que um dia se possa pôr um fim no conflito que há décadas está presente na região.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe. **História**, Franca, v. 33, n. 2, p. 14-36, dez 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742014000200014&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742014000200014&lng=en&nrm=is)>. Acesso em 03 out 2020

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 451-470, ago 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 30 out 2020

AMAL, Kawar. **Daughters of Palestine: Leading Women of the Palestinian National Movement**. Albany: State University of New York Press, 1996.

BASSANETTI, Kalila. O Papel Da Mulher Nos Conflitos Internacionais - Estudo De Caso Sobre A Guerra Da Bosnia. **Revista Cippus**, Unilasalle Canoas/RS. V. 3 N. 2 nov. /2014

CHECKPOINTS. **Alzazeera**, 2018. Disponível em: <<https://interactive.aljazeera.com/aje/2018/commuting-through-israeli-checkpoints/index.html>>. Acesso em 10 out 2020

COSTA, Grazielle F. A. **Entre “guerreiros justos” e “almas belas” – proteção, poder e resistência política nos discursos e nas práticas das mulheres colombianas organizadas pela paz**. 289 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DARWEISH, Marwan. Human Rights and the Imbalance of Power: The Palestinian-Israeli Conflict. **Berghof Handbook Dialogue**, Berlim, N. 9, p. 85-93, jun 2010.

DOLCE, Júlia; LABAKI, Victor. A luta e a arte das mulheres palestinas. **Brasil de Fato: Palestina**, fev 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/09/a-luta-e-a-arte-de-mulheres-palestinas/>> Acesso em 30 nov 2019.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2000

ENLOE, Cynthia. Theory Talk #48: Cynthia Enloe on Militarization, Feminism, and the International Politics of Banana Boats. [Entrevista concedida a] DUNHAM, H; SCHOUTEN, P. **Theory Talks**, 2012. Disponível em: <[www.theory-talks.org/2012/05/theory-talk-48.html](http://www.theory-talks.org/2012/05/theory-talk-48.html)>. Acesso em 18 Ago 2020.

GAZDO, Mersiha. How Palestinian women led successful non-violent resistance. **Al-Jazeera**, Mar 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2018/3/8/how-palestinian-women-led-successful-non-violent-resistance>>. Acesso em 23 Jan 2021.

GOBO, Karla. SANTOS, Claudia. **Movimento de mulheres palestinas ou um feminismo nacionalista**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015.

GORDON, Neve. **Israel's Occupation**. Los Angeles: University of California Press, 2008.

HAMID, Sônia C. **Ser palestina no Brasil: memórias de guerra, experiências de gênero**. Brasília: Imprensa Nacional, 2009.

ISRAEL and Occupied Palestinian Territories 2019. **Amnesty International**, 2019. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/countries/middle-east-and-north-africa/israel-and-occupied-palestinian-territories/report-israel-and-occupied-palestinian-territories/>>. Acesso em 06 out 2020

ISRAEL e Palestina: Eventos de 2014. **Human Rights Watch**, 2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2015/country-chapters/268109>> Acesso em 03 abr 2021.

ISRAEL e Palestina: Eventos de 2019. **Human Rights Watch**, 2020. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336702>> Acesso em 02 out 2020.

ISRAEL e Palestina: Eventos de 2020. **Human Rights Watch**, 2021. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/country-chapters/377381>> Acesso em 03 abr 2021.

JACOBY, Tami A. **Feminism, Nationalism, and Difference: Reflections on the Palestinian Women's Movement**. Winnipeg: Women's Studies International Forum, Vol. 22, No. 5, pp. 511–523, 1999.

JARDIM, Denise F. Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 223-243, jul. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832003000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 24 set 2020.

KHALID, Rashid. **Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010.

KEVORKIAN, Nadera Shalhoub. As Políticas do Parto e as Intimidades da Violência Contra Mulheres Palestinas na Jerusalém Ocidental Ocupada. **The British Journal of Criminology**: Oxford, vol. 55, N. 6, p. 1187–1206, Nov 2015. Traduzido por Feminismo com Classe. Disponível em: <<https://medium.com/@feminismoclasse/as-pol%C3%ADticas-do-parto-e-as-intimidades-da-viol%C3%A2ncia-contra-mulheres-palestinas-na-jerusal%C3%A9m-cba03af3b410>>. Acesso em 29 Nov 2019.

LEVINE, Mark. **Impossible Peace: Israel/Palestine since 1989**. Londres: Zed Books, 2013.

LIST of military checkpoints in the West Bank and Gaza Strip. **The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories**, 2019. Disponível em: <[https://www.btselem.org/freedom\\_of\\_movement/checkpoints\\_and\\_forbidden\\_roads](https://www.btselem.org/freedom_of_movement/checkpoints_and_forbidden_roads)>. Acesso em 11 out 2020.

MARSHOOD, Hala. Tal'at: a feminist movement that is redefining liberation and reimagining Palestine. **Europe Solidaire Sans Frontières**, 2020. Disponível em: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article52242>>. Acesso em 24 Out 2020.

MARTEU, Élisabeth. Israeli and Palestinian Feminisms: Postcolonial Issues. **Revue Tiers Monde**. V. 209, N. 1, p. 71-88, 2012. Disponível em: <[https://www.cairn-int.info/article-E\\_RTM\\_209\\_0071--israeli-and-palestinian-feminisms.htm#7](https://www.cairn-int.info/article-E_RTM_209_0071--israeli-and-palestinian-feminisms.htm#7)> Acesso em 17 Out 2020.

MISLEH, Soraya. “Devemos nos inspirar na resistência da mulher palestina”. **Carta Capital**: [S.I.], Mar 2019. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/mundo/devemos-nos-inspirar-na-resistencia-da-mulher-palestina/](http://www.cartacapital.com.br/mundo/devemos-nos-inspirar-na-resistencia-da-mulher-palestina/)> Acesso em 24 Nov 2019

MISLEH, Soraya. Palestina livre, mulheres livres. **Monitor do Oriente Médio**, 2020. Disponível em: <<https://www.monitordo Oriente.com/20200307-palestina-livre-mulheres-livres/>>. Acesso em 24 Out 2020.

MONTE, Izadora X. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Estudos Feministas**. V. 21, n. 1, p. 59-80, Florianópolis, 2013. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 Nov 2019

OCHA: 2018 teve número recorde de mortos e feridos em Territórios Palestinos. **ONU News**, 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/12/1653451>>. Acesso em 06 out 2020

OLIVEIRA, Luciana G. A Mulher Palestina e os Direitos Humanos. **Revista Zunái**, Ano VII, Ed. XXV, Ago 2012. Disponível em: <[http://www.revistazunai.com/editorial/25ed\\_mulherpalestina\\_lucianagarciadeoliveira.htm](http://www.revistazunai.com/editorial/25ed_mulherpalestina_lucianagarciadeoliveira.htm)>. Acesso em 20 Dez 2020

PAMPLONA, Isadora. Os 50 Dias De Guerra Em Gaza Em 2014. **DW**, 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/os-50-dias-de-guerra-em-gaza-em-2014/g-17886930>> Acesso em 19 Out 2020

PALESTINE. **Permanent Observer Mission of The State of Palestine to the United Nations New York**. Diplomatic relations. [s.d.]. Disponível em: <<http://palestineun.org/about-palestine/diplomatic-relations/>>. Acesso em 27 set 2020.

PALOMO, Laura F. Mulheres palestinas exigem aprovação imediata da lei contra violência. **UOL Notícias**, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/03/07/mulheres-palestinas-exigem-aprovacao-imediata-da-lei-contra-violencia.htm>> Acesso em 09 Nov 2019.

PCBS - Palestine Center of Bureau Statistics. **Average Daily Wage in NIS for Wage Employees Aged 15 Years and Above in Palestine by Region and Governorate and Sex, 2015**. Palestina, 2016.

PCBS - Palestine Center of Bureau Statistics. **Completion rate by Level of Education, Region and Sex, 2009-2020**. Palestina, 2020.

PCBS - Palestine Center of Bureau Statistics. **Number of Registered Live Births in Palestine \* by Region, 2011**. Palestina, 2012.

PCBS - Palestine Center of Bureau Statistics. **Number of Registered Live Births in Palestine \* by Region, 2019**. Palestina, 2020.

PCBS - Palestine Center of Bureau Statistics. **The Labour Force Survey Results 2019**. Palestina, 2019.

PCBS - Palestine Center of Bureau Statistics. **Violence Survey in the Palestinian Society, 2019**. Palestina, 2019.

PESTANA, Filipa. Hamas and the Women's Movement in Palestine: Islamism and Feminism Under Occupation. **E-International Relations**, 2016. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2016/01/12/hamas-and-the-womens-movement-islamism-and-feminism-under-occupation/>> Acesso em 01 de maio de 2021.

POVERTY. **The World Bank**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/topic/poverty?locations=PS>>. Acesso em 20 Out 2020.

PROMESSAS de um Mundo Novo. Direção de B.Z. Goldberg, Carlos Bolado e Justine Shapiro. Israel: Promises Film Project, 2001. 1 DVD (106 min.).

QEDAN, Mussa Bakri. **Reconhecimento Da Autoridade Nacional Palestina Como Estado Soberano**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

RABAY, João. "Movimento une 24 mil mulheres palestinas e israelenses para pedir paz em Gaza". **Hypeness**: [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2017/10/movimento-une-24-mil-mulheres-palestinas-e-israelenses-para-pedir-paz-em-gaza/>> Acesso em 30 Nov 2019.

RUSANSKY, Tamara. **Ativismo Feminista Transnacional Contra A Ocupação Israelense Da Palestina: Mulheres Combatendo O Militarismo Masculinizado, Promovendo A Paz E A Transformação Das Relações De Gênero**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 81, 2016.

SAADAWI, Nawal El. **The Hidden Face of Eve: Women in the Arab World**. Londres: Zed Books, 2007.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Claudia. A mulher no Oriente Médio e o Feminismo Islâmico. **Conjuntura Global**, Vol.3, n. 4, p. 210-217. Curitiba, 2014.

SANTOS, Claudia. Leitura de gênero sobre os estudos de segurança internacional. **Conjuntura Global**, Paraná, Vol. 4, n. 2, maio/ago, 2015, p. 171-184.

SHARONI, Simona. Gender in Conflict: The Palestinian-Israeli Conflict through Feminist Lenses. **Signs**, 1999, Vol. 24, No. 2, pp. 487-499. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3175650>> Acesso em 04 Fev 2021.

SOUZA, Ana Clara T. C. “O pessoal é internacional”: como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248. Londrina, 2014

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A Guerra não tem Rosto de Mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio. Sur, **Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 28-51, Jun 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-64452009000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 16 out 2020.

TAHHAN, Zena. Israel's settlements: Over 50 years of land theft explained. **Aljazeera**, 2017. Disponível em: <<https://interactive.aljazeera.com/aje/2017/50-years-illegal-settlements/index.html>>. Acesso em 10 Out 2020.

TICKNER, Judith Ann. **Gender in international relations: feminist perspectives in achieving global security**. New York: Columbia University Press, 1992.

UNESCO votes to admit Palestine as full member. **UN News**, 2011. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2011/10/393562-unesco-votes-admit-palestine-full-member>> Acesso em 02 Out 2020.

UNITED NATIONS. **Resolution 3236 (XXIX). Question of Palestine**. United Nations. [S.l.], 22 Nov 1974. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20110925214133/http://domino.un.org:80/UNISPAL.NSF/0/025974039acfb171852560de00548bbe>> Acesso em 10 Out 2020

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

WEAVER, Ole. The rise and all of the Inter-paradigm debate. In: *BOOTH, Ken; SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia. International theory: Positivism and Beyond*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 149-157.